



UFRN

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

A Igreja Católica e o reformismo social: o Movimento de Natal, 1948 – 1964

Ewerton Luis Cerqueira Frazão



**Natal/RN
2005**

EWERTON LUIS CERQUEIRA FRAZÃO

A Igreja Católica e o reformismo social: o Movimento de Natal, 1948 – 1964

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa Histórica II, sob a orientação do Professor Wicliffe de Andrade Costa para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Natal/RN
2005



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, aos meus familiares pelo incentivo, aos professores e colegas da Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo ensinamento e amizade e, em especial, ao professor orientador Wicliffe de Andrade Costa, pela paciência e sabedoria transmitidas para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1	2. O ESTADO BRASILEIRO E A IGREJA CATÓLICA (1937 – 1964)	9
	2.1 Aspectos do contexto Histórico	9
	2.2 A Igreja Católica frente ao novo cenário político-social	15
2	3. A IGREJA CATÓLICA NO NORDESTE BRASILEIRO	21
	3.1 Os problemas sociais do Nordeste	24
	3.2 A colaboração mútua entre Igreja e Estado	29
3	4. A IGREJA CATÓLICA E O REFORMISMO SOCIAL NO RN	41
	4.1 O Movimento de Natal e sua ação de reformismo social	42
	4.1.1 O Serviço de Assistência Rural (SAR)	46
	4.1.2 As Escolas Radiofônicas e o Movimento de Educação de Base (MEB)	51
	4.2 As estratégias de ação do Movimento de Natal	56
	4.3 O Movimento de Natal junto ao cenário ideológico brasileiro	59
5	CONCLUSÃO	62
6	BIBLIOGRAFIA	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se ao estudo do Movimento de Natal, uma ação da Igreja Católica organizada pelo clero da Diocese de Natal, em fins da década de 1940, com a finalidade de ampliar as bases da Igreja Católica no campo social e religioso. Pretende investigar o propósito das ações desenvolvidas pelo Movimento dentro do contexto socioeconômico e cultural do período entre 1948 e 1964, procurando compreender a posição da Igreja Católica como promotora dessa experiência de reformismo social no Rio Grande do Norte.

Houve, primeiramente, um interesse pessoal para a realização deste trabalho. A Igreja Católica é uma instituição milenar e ao longo desses anos sempre foi foco de discussões e polêmicas, posicionando-se de maneira diferente nos diferentes momentos da história. Isso atraiu a minha curiosidade para estudar esta instituição para melhor conhecer a sua atuação na sociedade. Embora a Igreja Católica trate de questões relacionadas com a espiritualidade e com a fé, a cultura e a moral das sociedades também são influenciadas decisivamente pelos valores religiosos, o que interfere no comportamento dos indivíduos, no seu cotidiano.

Dessa maneira, o interesse em realizar um estudo que buscou compreender a importância da ação do reformismo social proposto pelo Movimento de Natal se justifica não apenas pelo seu valor pessoal, mas também pelo fato de sabermos da importância de se colocar esse tema dentro de uma discussão historiográfica. Entendemos, pois, que a realização deste trabalho poderá abrir as portas para a realização de outras pesquisas, com novas abordagens sobre esse assunto que causou grande repercussão, tendo como protagonista a Igreja Católica no Rio Grande do Norte e a sua atuação no campo social.

No período pós-Segunda Guerra Mundial, a influência da Igreja Católica no Brasil se viu ameaçada por um confronto de acontecimentos, pois, com a queda dos regimes totalitários, o Brasil sofria grande pressão tanto interna como externamente para a mudança do regime político, ou seja, o fim do governo ditatorial de Getúlio Vargas e a instauração da democracia.

Neste período, a Igreja Católica sofria ameaças que se dirigiam diretamente às bases sociais de sua influência, a classe trabalhadora, alvo de sua ação social. Sua pretensão de fazer uso do poder do Estado para exercer sua influência perante a sociedade encontrou obstáculos tanto na formação da Assembléia Constituinte como na elaboração da Constituição de 1946, fato que provocou divergências e a reação da Igreja. Para o clero atuante nesse período o uso do poder do Estado era de suma importância. Dessa maneira, alguns setores mais progressistas da Igreja buscaram desenvolver novas estratégias para ganhar influência, transformando-se em promotores das mudanças sociais, atuando de maneira mais agressiva e consciente no campo social, agindo de forma mais ampla e abrangendo não só o trabalhador urbano como também o trabalhador rural, o camponês, principalmente durante as décadas de 1950 e 1960.

A atitude da Igreja Católica diante desse contexto foi a de procurar transformar o meio, saindo do assistencialismo já tradicional para atuar de maneira mais efetiva no reformismo social, com maior compromisso em favor das transformações da sociedade. Se antes a Igreja legitimava a sociedade constituída para através dela exercer influência religiosa, agora passou a apoiar a mudança social para, a partir daí, criar e exercer influência.

No final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, a Arquidiocese de Natal era certamente a circunscrição eclesiástica no Brasil com a mais avançada

experiência de renovação pastoral devido a realização de semanas ruralistas e encontros dos regionais nordestinos da CNBB. Devido a essa situação privilegiada, a Igreja Católica em Natal desenvolveu um programa de ação social que ficou conhecido como o Movimento de Natal e provocou repercussão nacional e internacional, atraindo à capital do Rio Grande do Norte muitos visitantes e mesmo cooperadores estrangeiros que se interessavam em conhecer de perto o desenvolvimento deste trabalho.

A expressão "Movimento de Natal" é atribuída ao Pe. Tiago Cloin, um holandês que foi designado a assumir a Secretaria Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), ao tentar descrever o conjunto de atividades espirituais e temporais promovidos, a partir da década de 1940, na Arquidiocese de Natal cujo apogeu ocorreu nos anos de 1958 a 1964. Tal acontecimento buscava suprir as grandes necessidades do povo sertanejo, no caso, especificamente, o do Rio Grande do Norte.

O Movimento de Natal, como ficou conhecido, foi motivado principalmente pela grave situação de carências e privações da população nordestina, mais precisamente potiguar. Surgiu ele então como uma resposta regional, quase local, às necessidades prementes do homem sertanejo, sendo uma alternativa desenvolvida pelo clero norte-rio-grandense para uma tomada de consciência da realidade nordestina e explicitar a busca de um modelo prático de ação social.

Esta ação da Igreja visava atingir, como um de seus objetivos, a transformação das estruturas sociopolíticas e econômicas que traziam prejuízos à população rural do Rio Grande do Norte. Analisamos nesta pesquisa um movimento social, entendendo este como sendo a ação de um grupo mais ou menos organizado

para buscar superar alguma forma de opressão, atuando no sentido de produzir uma sociedade modificada, ou seja, visando uma mudança social. Segundo Touraine:

[...] os movimentos sociais são agentes históricos que expressam, em cada momento, as formas históricas de opressão, de miséria, de injustiça, de desigualdade, etc., mas expressam também muito mais do que isto, pois expressam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas, para o comando de uma nova historicidade.¹

Para a concretização deste estudo realizamos um levantamento e análise de documentos relativos às ações empreendidas pelo Movimento de Natal, ou seja, utilizamos fontes oficiais da Arquidiocese de Natal como por exemplo: o Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de Natal (1960), o Planejamento Apostólico da Arquidiocese (1962 – 1963), a Pastoral de Conjunto (1964), documentos que traçavam as linhas da pastoral da Província Eclesiástica do Rio Grande do Norte e os planos de trabalho do Serviço de Assistência Rural (1961 – 1964). Realizamos também um levantamento e estudo da literatura específica sobre a Igreja Católica no Brasil e sua participação efetiva nas questões sociais do Nordeste e mais especificamente no Rio Grande do Norte.

Além da introdução, este trabalho apresenta a seguinte ordem de exposição: o primeiro capítulo aborda, de forma sucinta, referências históricas sobre a caminhada da Igreja Católica no contexto brasileiro, a partir da instalação do Estado Novo (1937 – 1945), mostrando suas relações com o Estado, as estratégias de luta

¹ Apud SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987. p. 94.

pela reconquista de privilégios perdidos e seu posicionamento frente às questões socioeconômicas e políticas no período de 1937 a 1964.

O segundo capítulo examina a ação da Igreja Católica na região Nordeste, como instituição de força dentro da sociedade civil. Nessa região, os problemas sociais, tais como a pobreza, a subnutrição, conflitos de terras, se agravavam no período em questão, face ao novo estágio da acumulação capitalista e à nova política do Estado brasileiro.

O terceiro capítulo analisa o posicionamento da Igreja Católica no contexto do Rio Grande do Norte e sua atuação como promotora de um movimento que buscava mudanças nas estruturas sociais vigentes, desenvolvendo um trabalho sistemático junto às populações rurais do estado, tanto na área religiosa como social, ou seja, consiste na análise do Movimento de Natal, sendo este um conjunto de atividades sociais e religiosas desenvolvidas a partir de 1948 pela Diocese de Natal.

E, finalmente, o texto conclusivo do presente estudo.



2.1 – O ESTADO BRASILEIRO E A IGREJA CATÓLICA (1937 – 1964)

Compreender a Igreja Católica, na perspectiva a que nos propomos neste trabalho, significa apreender o que ocorreu no seio da Igreja e suas relações com o Estado, pois, como instituição, ela promoveu ações políticas, trabalhos culturais, doutrinários e ideológicos, sem, no entanto, distanciar-se de seus reais propósitos de difundir a fé e manter sua unidade perante os homens.

As mudanças estruturais e conjunturais ocorridas na sociedade brasileira, em decorrência do estágio de desenvolvimento do capitalismo, configurado no processo de modernização, não só transformaram o modo de viver das pessoas, como também as formas de consciência social. Nesse sentido, a realidade histórica, na qual se construíram as relações entre a Igreja Católica e a sociedade, precisa ser compreendida.

2.1 – Aspectos do contexto histórico

O aumento do capitalismo no Brasil, notadamente após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), acentuou a necessidade do planejamento como forma de assegurar o crescimento econômico. Além disso, a necessidade de desenvolvimento do país foi justificada por diferentes correntes de pensamentos e de interesses, dentre as quais destacam-se duas: a nacionalista populista, que defendia um progresso nacional independente, e a nacionalista desenvolvimentista, favorável ao desenvolvimento dependente, orientada pelos Estados Unidos.

O nacionalismo populista, de Getúlio Vargas, e o nacionalismo desenvolvimentista, de Juscelino Kubitschek, exemplificam a existência dessas

correntes no período em estudo. O populismo de Vargas enfrentou grandes dificuldades para conciliar os interesses dos mais diversificados grupos. A indústria e os interesses agro-exportadores tiveram uma coexistência difícil. As insatisfações iam se acumulando a cada dia. O período de 1930 a 1938 foi marcado por crises contínuas, por manifestações de esquerda e de direita, expressando determinadas forças sociais, manifestações essas conhecidas como a contra-revolução de 1932, o levante armado da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935, culminando com o estabelecimento do Estado Novo em 1937.

Sob o regime autoritário do Estado Novo, teve início a efetiva intervenção do Estado na economia, quando foram criadas empresas estatais, autarquias mistas e estabelecido o controle nacional sobre a produção do aço, do petróleo e da mineração. E ao tornar-se produtor de bens e serviços de infra-estrutura, o Estado Novo estabeleceu condições para o desenvolvimento do capital privado e da industrialização do país.

Durante o Estado Novo, o governo passou também a intervir junto às forças produtivas, através da regulamentação de leis trabalhistas, criando o salário mínimo, cujos critérios de fixação



(...) levaram em conta as necessidades alimentares (em termos de calorias, proteínas, etc) para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo produção, com um certo tipo de uso de forças mecânicas, comprometimento psíquico, etc.²

Ao tomar como parâmetro "as necessidades alimentares" (proteínas, calorias e outras), vemos que a própria legislação do salário mínimo o admitia como salário

² OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 16.

de subsistência, isto em cumprimento às leis de acumulação capitalista.

Por outro lado, o Estado Novo buscou legitimar-se através da incorporação de intelectuais das classes médias, de militares na burocracia estatal, além de contar com a participação do empresariado em funções importantes no aparelho do Estado.

Essas como outras estratégias utilizadas por Vargas, na busca de transformar o Estado Novo de autoritário em populista, serviram de modelo aos empresários, mesmo depois de sua deposição. Dois meses após a deposição de Vargas, em outubro de 1945, foram realizadas as eleições para Presidente da República como preparação para a democratização do país. Foi eleito o candidato da situação, Marechal Eurico Gaspar Dutra, apoiado pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O governo Dutra foi bastante influenciado por empresários, que assumiram na sua administração vários cargos de chefia. As bases econômicas do seu governo contribuíram para o fortalecimento da empresa privada. Com a desativação de organizações estatais, houve um retrocesso em relação à política econômica, com base no nacionalismo.

A política econômica do governo Dutra não foi das mais expressivas e teve sempre a preocupação de atender os diversos setores das classes dominantes. Para tanto, de início, chegou a propor uma política baseada nos princípios liberais, favoráveis aos capitais comercial e estrangeiro, e optou também pela permanência de condições que favorecessem a acumulação do capital, através da contenção salarial e da adoção de uma política autoritária.

Em 1947, numa tentativa de coordenar os gastos públicos, o governo criou o Plano SALTE (sigla que identificava os objetivos do plano: saúde, alimentação, transporte e energia). Embora tenha sido incorporado ao projeto de orçamento da

União em 1949, nunca foi inteiramente executado. É bom lembrar que o governo Dutra, além de reacionário, foi repressivo. Na sua gestão, o Partido Comunista Brasileiro foi colocado na ilegalidade, em 1947.

Na segunda gestão de Getúlio Vargas (1951 – 1954), o regime político sofreu transformações bastante significativas. O Congresso ficou mais forte e assumiu uma dimensão importante perante a nação, passando a desempenhar um papel político mais relevante, transformando-se, em determinado momento, em sede de alianças e acordos que envolveram o governo Vargas.

No plano econômico, Vargas propôs o desenvolvimento na postura conciliatória, no qual procurava atender aos interesses tanto da classe trabalhadora como da classe dominante. Estrategicamente, Vargas tentou impor uma política de desenvolvimento nacional capitalista, através da combinação de indústrias estatais e de iniciativa privada. Como exemplo dessa orientação podemos citar a criação da PETROBRÁS e a diretriz de desenvolvimento geral, numa tentativa de ajustar o crescimento econômico à democracia.

Os arranjos políticos e econômicos adotados pelo presidente não corresponderam aos interesses multinacionais que começavam a reintegrar a economia do país, no pós-Segunda Guerra Mundial. Interessava, portanto, às multinacionais, com o apoio de grupos nacionais, mudar esse quadro, pois Vargas supostamente representava uma ameaça às forças reacionárias. Diante desses fatos, Vargas recebeu o ultimato para deixar a presidência, motivo que o levou ao suicídio em 1954.

O governo transitório, exercido pelo vice-presidente João Café Filho (1954 – 1956), mudou a diretriz econômica anterior, favorecendo, em muito, as multinacionais. Isso propiciou uma aliança entre empresários e políticos

conservadores, objetivando conter as classes trabalhadoras e fortalecer os interesses de empresas multinacionais. Café Filho reafirmou a promessa do governo, realizando as eleições para Presidente da República em outubro de 1955, sendo eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O governo de Juscelino Kubitschek tornou-se conhecido por suas realizações econômicas e pelo clima de liberdades públicas que vigorou na sua gestão. O nacionalismo desenvolvimentista desse governo, com ênfase também na industrialização, permitiu o acréscimo substancial de capitais estrangeiros e de tecnologia, cujos investimentos foram canalizados principalmente para a indústria automobilística, para a siderurgia, como também para o desenvolvimento acentuado da indústria de construção naval.

A industrialização apresentava-se como solução para o desenvolvimento nacional, ocasião em que seriam eliminadas as injustiças sociais e as tensões políticas. Segundo Dreifuss:

Esperava-se que o acesso à tecnologia e técnica gerenciais estrangeiras, assim como à ajuda financeira transnacional, fosse solução para o problema da falta de acumulação primitiva de capital e também um tratamento de choque para uma economia essencialmente agro-exportadora que sofria uma escassez relativa de maquinário, equipamento e *Know-how*. A política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek impulsionava as transformações que já se faziam sentir na estrutura sócio-econômica do Brasil como por exemplo, uma maior sofisticação do mercado interno, o crescimento das empresas, uma produção mais completa, a expansão das indústrias básicas, a tendência para a urbanização e concentração metropolitana, uma intensificação de disparidades sociais, setoriais e de desigualdades sociais e regionais.³

³ DREIFUSS, René Arnaud. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de estado.** Traduzido pelo laboratório de tradução da Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 21.

Essa política econômica adotada não só contribuiu para intensificar as desigualdades entre as regiões, como fortaleceu a manutenção do poder econômico e político de uma minoria, em detrimento da maior parte da população que se encontrava em permanente estado de pobreza.

Na sucessão de Juscelino Kubitschek, Jânio da Silva Quadros ganhou as eleições de 1961 para a presidência, com grande vantagem de votos. Apesar do prestígio popular, Jânio Quadros não contava com forças políticas organizadas dos trabalhadores para sustentá-lo no poder. Sem o apoio da UDN, que rompeu com o governo, dos grandes empresários e dos grupos que dominavam a imprensa, o Presidente renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961. Em seu lugar assumiu o vice-presidente João Goulart. Este, considerado por alguns como herdeiro político do getulismo, pôs em vigor, a partir de então, sua linha de governo nacionalista e a política externa independente. Sua estratégia socioeconômica foi formalizada através do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, organizado por Celso Furtado, ministro do Planejamento. Esse plano tinha como objetivos promover uma melhor distribuição das riquezas nacionais, atacando os latifúndios improdutivos para defender interesses sociais; encampar as refinarias particulares de petróleo; reduzir a dívida externa brasileira e diminuir a inflação, mantendo o crescimento econômico, sem sacrificar exclusivamente os trabalhadores.

Nesse período, os trabalhadores mobilizavam-se cada vez mais contra a sua exploração pelas classes dominantes. Temendo perder seus lucros e privilégios, os grandes empresários uniram-se aos militares e começaram a tramar a queda de João Goulart.

Considerando todo esse contexto de transformações nos campos político, econômico e social (1937 – 1964), passaremos a analisar o papel da Igreja Católica frente a tais situações.

2.2 – A Igreja Católica frente ao novo cenário político-social

Historicamente ligada à estrutura de dominação política, econômica e social, a Igreja Católica aceitou e defendeu o *status quo*, face às transformações da sociedade moderna, estendendo seu papel de “mediadora entre Deus e os homens”, assumindo também a mediação entre as classes populares e a classe dominante. O posicionamento da Igreja Católica no Brasil, como nas demais formações sociais, mudou de acordo com o contexto histórico.

Em 1937, com a implantação do Estado Novo, houve mudanças irreversíveis no campo político e na administração pública no Brasil.

No plano político, o regime autoritário de Vargas (1937 – 1945) não organizou nenhum movimento para apoiar-se nos governos estaduais. Houve perseguição aos grupos políticos de alguma expressão. Os comunistas e radicais de esquerda foram alvo dos ataques mais brutais. Os integralistas também desapareceram devido à repressão. Dessa maneira Vargas conseguiu que todos silenciassem durante a ditadura.

No plano administrativo, o Governo Federal tornou-se mais fortalecido. Algumas funções, anteriormente exercidas pelos governos estaduais e municipais, foram transferidas para a esfera federal como ocorreu com a indústria e o comércio, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e com a educação, quando o Governo Federal foi assumindo, aos poucos, o controle através do

Ministério da Educação e Saúde. Assim, Vargas esperava assumir o controle da direção das mudanças sociais e econômicas do país, conferindo ao Estado o papel de dirigente máximo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Em 1937, Getúlio Vargas elaborou arbitrariamente uma nova Constituição que lhe dava amplos poderes para decidir sobre qualquer assunto nas diversas áreas política, econômica e social do seu governo.

O tratamento dado à Igreja Católica no texto da Constituição de 1934 havia mudado. Na Constituição de 1937, por exemplo, as questões educacionais não tiveram a mesma dimensão que lhe dava a Constituição de 1934. A posição do Estado não mais se equiparava com a posição da Igreja Católica, com quem não interessava manter um compromisso oficial ou diplomático. Dessa maneira, a Igreja nada pôde fazer diante do governo autoritário de Vargas e, sem condições de pressionar como fez com a Constituição de 1934, viu, por exemplo, o artigo 153 (Constituição de 1934) ser modificado pelo artigo 133 da Constituição de 1937, nos seguintes termos:

O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas [...] não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.⁴

Foi suprimido o nome de Deus no preâmbulo do texto constitucional e não foram respeitadas as posições da Igreja em relação à família, já que no texto constitucional havia referências a favor do divórcio. Tal situação se configurou numa ruptura com a Igreja que, no entanto, procurou conviver pacificamente com o Estado.

⁴ BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1937.

Na dependência de concessões por parte do Estado, a Igreja procurou manter um bom entendimento com os representantes governamentais durante o período do Estado Novo. Tal relacionamento foi considerado cordial pelo próprio Vargas.

Segundo Richard:

A "ordem cristã" e a "ordem e a estabilidade" do Estado Novo eram praticamente idênticas. A Igreja aparecia, além do mais, integrada no trabalho social do Estado populista. Ocasionalmente, o Estado utilizava e financiava as estruturas sociais ou educativas da Igreja, e a Igreja servia-se das estruturas do Estado (escolas públicas, institutos militares) para sua obra pastoral.⁵

Apesar de suas propostas terem sido retiradas ou reformuladas na Constituição de 1937, a Igreja Católica aceitou não romper com o governo. Durante todo o Estado Novo, apesar das repressões, pressões e outras atitudes ditatoriais, submissa, a Igreja aceitou a situação, tanto assim que conseguiu aumentar seu poder durante a ditadura de Vargas (1937 – 1945).

Na campanha eleitoral de 1945, a Igreja Católica lançou um projeto de indicação de candidatos à Constituinte de 1946. O apoio era reservado aos candidatos independentes de filiação partidária, desde que o programa do partido não fosse de encontro aos princípios da Doutrina Social da Igreja. De acordo com Lustosa:

Em todo o caso, a Igreja vive de olhos abertos para o novo cenário político que se vislumbra, de certo, uma sociedade *pluralista*, animada por grande desejo de liberdades e sonhando com programas reformistas.⁶

⁵ Apud MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 84.

⁶ LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil república: cem anos de compromisso (1889 – 1989)**. São Paulo: Paulinas, 1991. (Estudos e Debates Latino-americanos, 21). p. 60-61.

O voto católico dependia, também, do compromisso do candidato na defesa das reivindicações da Liga Eleitoral Católica (LEC), como: a indissolubilidade do casamento, a condenação do aborto, o ensino religioso às Forças Armadas e outras entidades públicas. Afora estas reivindicações, a Igreja defendia ainda questões como: incentivo total ao ensino privado, por parte dos poderes públicos; propriedade para todos, de maneira harmoniosa, isto sem qualquer proposta de mudança na estrutura fundiária; liberdade sindical, com trabalhador associado a sindicatos livres e autônomos, evitando assim, o sindicalismo centralizado.

A Igreja Católica, face à crise nacional, iniciou uma série de julgamentos quanto a questões políticas, econômicas e sociais. Os bispos do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais chegaram a alertar a população, através da imprensa escrita, e as autoridades, enviando diretamente manifestos falando sobre a crise econômica que atravessava o país, sobre os erros doutrinários e práticos do monopólio do ensino pelo Estado e ainda sobre a infiltração “comunista” em cargos de organizações civis e militares.

No que diz respeito à infiltração da ideologia comunista, afirma Beozzo:

Ao identificar no comunismo seu principal adversário, a Igreja desde logo reconhecia nele a grande força de atração que exerce sobre as massas pauperizadas, nas cidades sobretudo mas também no campo. E no reconhecimento desta força estava a percepção de um desafio lançado aos católicos. Estes, os leigos, passariam a ser conclamados a atuar como *cristãos* nos diferentes meios em que vivem, trabalham, estudam. Diante da escalada das forças comunistas, os leigos seriam convocados a se organizar para competir.⁷

⁷ BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930 – 1964)**. São Paulo: DIFEL, 1984. (História Geral da Civilização Brasileira, 11). p. 353.

A partir de meados da década de 1950, conforme rumores no meio político e jornalístico, a divulgação de manifestos por parte da Igreja não agradou ao presidente Juscelino Kubitschek, que teria demonstrado profunda irritação pelas críticas feitas ao seu governo, alegando ainda, que jamais negou um pedido feito pelos bispos. Assim, interpelou, junto ao Núncio Apostólico, sobre tal posição da Igreja em relação ao Estado. Nesse sentido, fez-se necessária a mediação de D. Helder Câmara, então secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que atuou como mediador, tendo a responsabilidade de fazer a interpretação do manifesto, evitando, dessa forma, o abalo nas relações entre Igreja e Governo. Por sua vez, D. Helder Câmara, como um dos principais intelectuais da Igreja, procurou justificar as críticas dirigidas ao presidente, apontando erros, não como atuais, mas acumulados no passado e agravados no presente. Notamos, certamente, que a Igreja Católica, nessas situações, encontrava sempre uma saída para evitar o confronto.

Sendo a manutenção da unidade interna um dos princípios da Igreja Católica, era preciso encontrar uma forma para essa unidade, custasse o que custasse. Dessa maneira, ela procurou trilhar um novo caminho, ou seja, buscou reinterpretar seus princípios face à nova realidade explicada pela modernização da sociedade. A partir da década de 1950 ocorreram intensas mudanças na Igreja no Brasil, no que diz respeito à sua organização e ideologia. A ênfase na preocupação com o aspecto social tendeu a crescer e dominar as prioridades da Igreja. Esta dimensão passou a ser entendida não como algo externo à instituição. Tais mudanças significaram ir ao encontro das aspirações daquelas camadas populares que constituíam sua base social. No decorrer desses anos, o comportamento do episcopado brasileiro se

configurou numa ofensiva geral nas mais diversas frentes, fechando-se desse modo o ciclo meramente defensivo ou de ofensiva puramente verbal. Segundo Souza:

A promoção das camadas marginalizadas da sociedade brasileira passou a ser a preocupação de cada um deles. No Rio de Janeiro, D. Helder Câmara dedicou vários anos de sua vida pastoral tentando remover as favelas construídas pelos seus irmãos nordestinos.

Por outro lado, estes Bispos procuraram, através de encontros e pronunciamentos, defender perante os governantes as reivindicações do povo.⁸

Nessa perspectiva de engajamento social, a Igreja, através dos movimentos da Ação Católica, durante o período de 1959 a 1965, empreendeu uma tentativa de revisão de suas posições frente à problemática social. Os movimentos da Ação Católica incluíam a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), dentre os demais movimentos, utilizando um mesmo método de trabalho: VER, JULGAR e AGIR. Estes orientavam-se pela nova doutrina social, afinando-se pelo Concílio Vaticano II⁹ e produzindo um extraordinário processo de aceleração eclesial, abrindo as fronteiras da Igreja Católica para o campo social.



⁸ SOUZA, Itamar de. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 33.

⁹ Com o Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII, começou, a partir de 1962, a divulgação de uma série de documentos pastorais falando sobre a Doutrina Social da Igreja, como é o caso da "Mater et Magister", da "Pax in Terris", e outros, que chegaram a denunciar a exploração das massas proletárias pela classe dominante.

3 – A IGREJA CATÓLICA NO NORDESTE BRASILEIRO

As ações de reformismo social da Igreja Católica, sentida após a Segunda Guerra Mundial, e por toda a década de 1950, culminaram com o Concílio Vaticano II, em 1962. Esse Concílio teve o mérito de tentar a renovação da Igreja, em sua prática, tratando das questões sociais, sobretudo aquelas ligadas ao campo. A partir daí, a Igreja passou a condenar os males do capitalismo e se pôs em defesa da classe trabalhadora, denunciando as condições de miséria dessa categoria, principalmente os que viviam no meio rural.

Nesse sentido, a Doutrina Social da Igreja parecia assumir o projeto de organização econômica, política e social da sociedade, principalmente na América Latina. No entanto, percebemos que sua participação nas lutas sociais, especialmente no campo, deveu-se a uma estratégia de ação frente à sociedade moderna. Quanto às raízes desse envolvimento, podemos encontrar no avanço de posições e tendências contrárias a essa instituição, como por exemplo, as idéias do marxismo, a expansão do protestantismo e a mobilização da política dos trabalhadores através de seus sindicatos. I

O avanço do pensamento marxista, o exercício do voto, o aumento do peso relativo da classe operária, além da pronta penetração de um protestantismo agressivo e da propagação popular do espiritismo e da umbanda, obrigaram os bispos a levar em consideração aspirações populares e a reformular seu modo de atuação. [...] se a Igreja começa a mudar nos anos 50, é porque as grandes massas de católicos, ao serem mobilizadas pelo rápido processo de penetração e expansão do capitalismo industrial, começam a passar, visivelmente, da mera passividade política a uma certa atividade reivindicativa

e passam a ser disputadas por concorrentes ideológicos decididos, não apenas de cunho profano mas também de caráter religioso.¹⁰

Além disso, em meio à Guerra Fria entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), o mundo moderno presenciou o processo de renovação da ação pastoral da Igreja Católica. Surgiu, assim, no seio dessa antiga instituição, uma crítica acerca da realidade social, que marcou profundamente o pensamento católico, refletido nos movimentos da Ação Católica. A renovação deu-se também em termos litúrgicos.¹¹

No Brasil, a renovação da ação pastoral da Igreja teve início na região Nordeste, onde a contradição entre capital e trabalho, notadamente nos anos 50, evidenciava-se nas condições de vida dos trabalhadores. Essas condições, traduzidas pela miséria, levaram o episcopado nordestino a redefinir sua linha de ação, assumindo, a partir daí, uma atitude considerada progressista para uns ou conservadora para outros. Para os que apontavam como progressista, o papel dos eclesiásticos, frente aos problemas nordestinos, foi considerado como de uma ação pastoral independente, de cunho progressista, de padres que “largaram a sacristia” para atuar no campo social, em defesa dos pobres. Para outros, a posição da Igreja foi uma tentativa de mobilização das massas católicas para impedir a propagação e a expansão de doutrinas espirituais extra-católicas, como os difundidos pelo protestantismo, pelo espiritismo e pela umbanda, no sentido de conservar e preservar os valores cristãos ameaçados por tais forças, bem como impedir a expansão de movimentos sociais emergentes de orientação comunista, no caso

¹⁰ BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930 – 1964)**. São Paulo: DIFEL, 1984. (História Geral da Civilização Brasileira, 11). p. 355.

¹¹ A mudança nos atos religiosos, como, por exemplo, a celebração da missa em português em vez de latim, o celebrante de frente para os fiéis e a renovação nos cânticos, foram as principais modificações litúrgicas.

particular as Ligas Camponesas, principalmente as de Pernambuco e da Paraíba. Esses posicionamentos da Igreja Católica foram desencadeados após a Segunda Guerra Mundial, quando da recuperação da economia mundial.

Particularizando o caso do Brasil, como integrante do bloco capitalista, o seu desenvolvimento, com base na indústria, ocorreu a partir de 1930, no momento em que o capitalismo mundial estava em crise. Nesse período, o setor industrial, com uma acumulação significativa, foi beneficiado pelos estímulos provenientes da economia nacional e destacou-se no processo de formação do capital brasileiro ao lado de outros setores vinculados ao mercado interno.

No plano político, a partir de 1930, o Estado brasileiro, de caráter autoritário, passou a controlar os setores econômico, político e social, através de mecanismos centralizadores. Em decorrência desse quadro, a burguesia foi beneficiada em detrimento da classe trabalhadora, principalmente a do campo, onde se acentuou sua exploração. E, ao mesmo tempo em que os trabalhadores se organizavam contra a exploração do capital em expansão, foram acionados mecanismos para conter os movimentos populares.

A intervenção do Estado na esfera econômica contribuiu para o processo de desenvolvimento do capitalismo, criando "as bases para que a acumulação capitalista industrial, ao nível das empresas [pudessem] se reproduzir"¹²

Nesse contexto de política nacionalista, com base na industrialização dos anos 30 e consolidada pela política desenvolvimentista da década 1950 e início da de 1960, é que nos reportaremos ao Nordeste brasileiro.

¹² OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 18.

3.1 – Os problemas sociais do Nordeste

A região Nordeste, neste estudo, não é entendida simplesmente como uma região “atrasada”, ao contrário, é compreendida como região que apresenta desigualdades próprias da lógica do crescimento da economia capitalista. Essa região se transforma em campo de ação da Igreja Católica, no sentido de orientar o trabalhador do campo em sua organização e mobilização como classe.

Por isso, na década de 1950, a Igreja enfatizou a participação de leigos em trabalhos de grupos, principalmente de jovens, conforme o seu campo de atuação, como movimentos de Ação Católica: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). A prática da Ação Católica especializada (JAC, JEC, JOC e JUC), orientada pelo método “Ver, Julgar e Agir”,¹³ proporcionou ao movimento católico uma discussão acerca das questões político-sociais, a partir da realidade concreta de cada grupo de jovens. Esse trabalho de base, além de reconhecido pela cúpula da Igreja, forçou a tomada de posição dos bispos frente aos problemas sociais do Nordeste.

A realidade nordestina, provocada pela política econômica capitalista e adotada pelo Estado brasileiro, passou a ser questionada não somente pela Igreja Católica, mas também por outros setores da sociedade brasileira, como o Partido Comunista Brasileiro, a própria classe trabalhadora, através de suas organizações, e

¹³ Esse método nasceu na Bélgica e era aplicado nas reuniões de trabalho de base, onde eram debatidos problemas relacionados à vida do povo, principalmente aqueles que afetavam diretamente os participantes. O primeiro momento, o Ver a realidade: os participantes procuram identificar as causas e as conseqüências possíveis e responsáveis pelo problema apresentado. O segundo momento, o Julgar: a realidade é julgada à luz dos ensinamentos da Igreja Católica. Exemplos são retirados da Bíblia, sobretudo do Antigo Testamento que narra, entre outros fatos, o sofrimento do povo judeu no cativeiro e sua caminhada rumo à terra prometida. O terceiro momento, o Agir: ao final da reunião, são apresentadas propostas concretas de ação, como possíveis soluções para os problemas analisados.

alguns setores da classe média. As questões econômicas e sociais do Nordeste extrapolaram, ainda, as fronteiras do país. O Nordeste tornou-se conhecido mundialmente como uma das regiões mais "atrasadas" ou "subdesenvolvidas" em relação às regiões "modernizadas" e "desenvolvidas".

As razões da "desigualdade" entre países ou regiões são encontradas nas raízes do capitalismo, desenvolvido de forma desigual e combinada, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, em cada espaço ou região ocorre de maneira diferente, desigual, embora no todo, a lógica do crescimento capitalista seja a mesma, isto é, tenha um único fim, a acumulação capitalista.

Assim, compreendemos que a diversidade regional no sistema capitalista não se resume ao conceito de "atrasado" em contraposição ao do "moderno", já que um existe em função do outro, mas, no princípio das leis ou da divisão do trabalho dentro da sociedade como um todo. A diferença ou desigualdade está no desempenho de funções determinadas, para cada espaço, no processo de acumulação do capital. Daí as diferenças de funções entre as regiões da mesma nação ou entre sub-regiões de uma mesma região. Segundo Perruci:

Com a divisão do internacional do trabalho, no século XIX, opera-se no Brasil, uma divisão regional do trabalho em que o Nordeste, agora e mais uma vez, desempenha um papel complementar frente à acumulação do Sudeste, promovida especialmente pelo café e pela industrialização; e é justamente por isso que, nem durante a Colônia, nem no Brasil Estado-Nação, foi possível um processo de acumulação ampliada de capital no Nordeste; [...] Até, pelo menos, os finais do século XIX, a formação econômica do Brasil teve como fator dinâmico as determinações do mercado externo, embora, a partir daquela

época, tenham sido o industrial e o financeiro as formas de capital predominante.¹⁴

Desse modo, dentro do espaço nordestino, as sub-regiões cumprem também funções de acordo com as determinações da acumulação capitalista. A Zona da Mata, organizada com base na produção da cana-de-açúcar, principalmente, e do cacau, é considerada a mais importante das sub-regiões nordestinas. Além de concentrar atividades econômicas importantes para a economia da região, e, conseqüentemente, para o país, centralizava os principais centros urbanos e políticos.

Os programas governamentais, como o proposto pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que antecedeu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), previa para a Zona da Mata a produção de alimentos, em virtude da fertilidade do seu solo e de sua aproximação com os setores urbanos, onde se daria a comercialização da produção agro-pastoril. O cumprimento de tais programas comportava uma redistribuição das terras e, conseqüentemente, mudanças na estrutura fundiária. Sendo a Zona da Mata nordestina caracterizada por uma estrutura fundiária injusta, verificou-se uma grande reação por parte de grandes proprietários de terra, no sentido de impedir a execução do programa que dizia respeito à redistribuição de terras.

Já o Sertão nordestino, durante muitos anos, foi a zona de criação de gado e de cultura do algodão. Tornou-se conhecida por causa da seca. Ao combater esse fenômeno natural, o governo utilizava, como ainda hoje utiliza, a mão-de-obra flagelada para a construção de estradas, açudes públicos e privados.

¹⁴ PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Sílvio. **A questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Estudos sobre o Nordeste, 16). p. 17-18.

Esse conjunto de elementos vinha reafirmar que as disparidades regionais ou (sub-regionais) de crescimentos entre o Nordeste e o Centro-Sul eram determinadas pelas leis de acumulação de capital. Segundo Oliveira:

As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os "Nordestes" e o Centro-Sul, e assiste-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos "Nordestes", em todos os setores.¹⁵

Ao que parece, esse efeito destruidor sobre as indústrias do Nordeste não se estendeu às outras regiões, como o Centro-Sul. E ocorreu no Nordeste, porque, dentro do seu espaço, existiam economias regionais com circularidade específica do processo de produção capitalista. É bom lembrar, ainda, que o desenvolvimento do capitalismo alterou profundamente a estrutura de classe, o crescimento da classe operária e o fortalecimento das camadas médias urbanas.

Diante das contradições entre capital e trabalho, evidenciadas na propriedade privada, na concentração de renda proporcionada pela exploração do trabalhador, deflagrou-se um processo de luta de classes no país, acirrado no início da década de 1960.

No Nordeste, a organização dos trabalhadores rurais provocou fortes reações por parte dos grandes proprietários de terra que, apoiados pelos aparelhos do Estado, organizaram-se para reprimir violentamente os trabalhadores. O conflito armado foi instalado no campo, onde inúmeros trabalhadores rurais foram

¹⁵ OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos sobre o Nordeste, 1) p. 76.

violentamente assassinados ou desapareceram inexplicavelmente.

Os sindicatos rurais, orientados pela Igreja Católica, e as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, representavam basicamente as organizações que concentravam os trabalhadores rurais. Isso na década de 1950 e início da de 1960.

As Ligas Camponesas surgiram após a redemocratização de 1945, sob a orientação do Partido Comunista, então legalizado. Agregavam posseiros, foreiros, moradores e pequenos proprietários que vinham se transformando em assalariados, em decorrência da acumulação capitalista. Tinham como objetivo fundamental a ajuda mútua entre seus associados, de caráter assistencial e jurídico. Através delas, foram criadas várias escolas para os filhos de associados.

Os sindicatos rurais já surgiram ligados à rigidez institucional, à burocracia do Estado, da mesma forma que os sindicatos urbanos. Abrigavam, como ainda hoje, trabalhadores assalariados que, ao lado de uma grande parcela da classe média, questionavam a política desenvolvimentista e intensificavam reivindicações como: melhoria salarial, saúde, educação, reforma de base, entre as quais a reforma agrária.

Em virtude da expansão das Ligas Camponesas no Nordeste, a Igreja Católica passou a atuar no campo, através dos sindicatos rurais. Esta situação levou a Igreja a entrar na disputa pelo domínio das suas bases rurais, usando para isso de todo o seu poder de intervenção junto ao homem do campo.

Ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora se organizava contra a exploração do capital, face à sua expansão, foram acionados mecanismos para impedir o avanço dos movimentos sociais emergentes. Vale ainda ressaltar que a ação repressiva (prisões, assassinatos e outras) dos proprietários de terra contra os trabalhadores organizados recebeu também o apoio do Estado.

3.2 – A colaboração mútua entre Igreja e Estado

A colaboração da Igreja Católica para com o governo (referimo-nos aqui ao governo de Juscelino Kubitschek, quando a relação entre Igreja e Estado atingiu níveis até então desconhecidos) concorreu, consideravelmente, para a mudança de atitude do então presidente em relação a essa instituição.

Como exemplo de cooperação entre Igreja e Estado no período de 1956 a 1961, podemos destacar a ação governamental para a região Nordeste, cujo planejamento e execução contou com a influência e participação efetivas da Igreja Católica. Desta maneira, coube aos bispos do Nordeste um papel importante na elaboração dos planos de administração pública e, conseqüentemente, na execução da política desenvolvimentista expressa no Plano de Metas de Kubitschek.

Ao mesmo tempo que colaboravam com as classes dominantes, os bispos do Nordeste estabeleciam um vínculo com as classes dominadas. Assim sendo, a colaboração dos bispos do Nordeste com o Estado foi concretizada através de encontros desses prelados, convocados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e referendados pela Nunciatura Apostólica. Os bispos chegaram até mesmo a solicitar do presidente o compromisso de reexaminar o problema¹⁶ do Nordeste, não mais como uma simples conseqüência das secas, mas como um problema estrutural.

Nesse sentido, os bispos exerceram uma certa influência na criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Cabia ao GTDN fazer um estudo exaustivo da região e das atividades financiadas pelo Governo Federal.

¹⁶ Os problemas sociais do Nordeste, segundo a ideologia das classes dominantes, têm como principal causa as secas que assolam essa região. No entanto, sabemos que não se trata de um problema natural, porém de ordem estrutural e conjuntural que tem suas raízes na própria estrutura do capitalismo.

Posteriormente, esse grupo de trabalho foi transformado em Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO), cuja criação data de fevereiro de 1959. Enquanto isso, tramitava pelo Congresso Nacional o projeto para a criação de um órgão de planejamento regional. Esse projeto deu origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da lei de nº 3.692, de 15/12/1959.

Dentro desse contexto de problemas, já havia sido criado, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja meta principal era dar apoio financeiro aos agricultores e industriais da região. Cabia aos últimos a maior parcela dos financiamentos. Assim sendo, muitos empresários nacionais chegaram ao Nordeste e criaram indústrias fantasmas para receberem os benefícios financeiros, fato muito comum e conhecido por todos. Tal atitude expressava claramente a ênfase do apoio estatal ao setor industrial do Centro-Sul.

Em princípio, a SUDENE também concentrou sua ação nesse setor, desprezando, de certa forma, o setor agrícola. De acordo com Cohn:

Tanto a criação do BNB como a da SUDENE coincidem com a ocorrência de seca na região. Mas o importante a ressaltar é que ambas as instituições não se configuraram como resposta a um fenômeno que até então havia sido não só considerado o único responsável pelos problemas enfrentados pela região – e nesse sentido superestimado – como também deslocado e isolado do contexto econômico regional. Ambos os órgãos têm origem em governos federais para os quais o setor industrial já se sobrepõe ao agrícola, havendo uma preocupação explícita com o desenvolvimento industrial, associada a uma maior interferência estatal na economia.¹⁷



¹⁷ COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE.** 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1978. (Debates, 117). p. 63.

Com efeito, observamos que essa preocupação despertou a necessidade de uma nova política específica para o Nordeste.

As graves tensões sociais configuradas na região, pondo em xeque a estrutura política vigente na década de 1950, contribuíram para o Nordeste impor-se perante o Governo Federal, exigindo sua intervenção de modo efetivo na economia regional. Assim, os problemas econômicos do Nordeste foram examinados e considerados, não mais como simplesmente regionais, porém, como problema nacional. Para Moreira,

[...] a conscientização da necessidade de uma política regional inseria-se no caráter do próprio movimento populista e na concepção de "desenvolvimento" acentuado da segunda metade da década de 50. As pressões sociais das massas geraram também (como reflexo da ideologia nacional) a discussão sobre o subdesenvolvimento regional. Vários setores de classe, tanto a nível regional como a nacional, mobilizaram-se, exigindo soluções, sobretudo a partir de 1958, quando a calamidade da grande seca se contrapunha à euforia do desenvolvimento e ao intenso processo de crescimento pelo qual passava a economia do Centro-Sul. O fato importante é que a seca de 1958 serviu para pôr em xeque e desprestigiar toda a ação governamental que vinha se realizando no Nordeste. A necessidade de mudança evidenciou-se como uma realidade; a ameaça representada pelas tensões sociais crescia e somava, num plano mais amplo, às mobilizações de âmbito nacional em favor destas reformas.¹⁸

Essas e outras mudanças na política governamental para o Nordeste podem ser verificadas na substituição da política assistencialista por uma política de promoção de desenvolvimento regional, na qual o Governo Federal contou com o apoio incontestável da Igreja Católica.

¹⁸ MOREIRA, Raimundo. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Estudos sobre o Nordeste, 4). p. 51.

Cumpra reconhecer que os Encontros dos Bispos do Nordeste, realizados da década de 1950, tiveram um papel histórico na colaboração entre Estado e a Igreja Católica. Através do seu episcopado, a Igreja teve o mérito de ser considerada uma das primeiras instituições da Sociedade Civil a erguer a voz contra a questão da miséria do Nordeste, e de encaminhar propostas tendentes a melhorar as condições de vida da população do campo. O encaminhamento das propostas criou um clima para o surgimento de um órgão para planejar o desenvolvimento da região. Daí a criação da SUDENE. O primeiro passo efetivo para a criação desse órgão deu-se durante a fase preparatória do I Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Campina Grande na Paraíba em 1956, do qual o próprio Presidente Kubitschek participou ativamente. Ao reunir Ministros de Estado, técnicos de diversas órgãos governamentais com atuação no Nordeste, o Presidente obteve, em apenas dois dias, um perfil da situação socioeconômica da região.

No discurso de encerramento do I Encontro dos Bispos do Nordeste, o próprio Presidente Kubitschek externou que:

Ao receber de Dom Helder Câmara o convite para promover o entrosamento entre autoridades eclesiais e autoridades do meu governo, e o seu apelo para a minha participação como Presidente da República neste Encontro dos Bispos do Nordeste, no que tanto me alegrou e honrou, logo me tomei de entusiasmo e deliberação de em tudo ajudar com largueza, compreendendo imediatamente o significado ao mesmo tempo espiritual e moral da iniciativa, vendo ainda mais no empreendimento uma nova e feliz oportunidade de colaboração no Brasil entre o poder civil e o poder religioso, entre a Igreja e o Estado.¹⁹

¹⁹ I ENCONTRO dos Bispos do Nordeste, 1956, Campina Grande. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/gti>>. Acesso em: 17 out. 2005.

A fala de Kubitschek, entendida como “entrosamento” entre autoridades eclesiásticas e autoridades governamentais, expressa o nível das relações entre Igreja e Estado naquele momento. Os representantes do “poder” civil e religioso, através da “colaboração” se unem para “solucionar” os graves problemas do Nordeste.

Com efeito, durante o I Encontro dos Bispos do Nordeste, os técnicos participantes dos diversos órgãos discutiram a necessidade do planejamento como instrumento político e técnico, estrategicamente apontado como indispensável ao desenvolvimento da região.

Nessa ocasião, os bispos nordestinos, juntamente com representantes de órgãos governamentais, analisaram os temas principais do I Encontro, aqui transcritos por ordem de prioridade: Planejamento e Investimentos; Agricultura; Crédito Rural; Colonização; Serviços Sociais Educativos; O Problema de Eletrificação do Nordeste e a Contribuição da CHESF para a sua Solução; Programa de Execução Imediata de Projetos e, por fim, Igreja Face aos Problemas do Nordeste. Com base nesses temas, foram aprovados, no final do I Encontro, 19 projetos de cunho econômico e social a serem financiados pelo Governo Federal e desenvolvidos nos estados nordestinos, principalmente nas áreas rurais.

Ao debaterem os problemas do Nordeste, sob o prisma do primeiro tema: Planejamento e Investimento, os especialistas dessas áreas consideraram como causa da pobreza da região, a falta do planejamento adequado. Dentre outras causas, apontavam: a) a falta de critérios científicos para a identificação dos problemas regionais e a falta de pessoal técnico habilitado para a coleta de dados e a análise de fatos relativos à economia regional, indispensáveis a uma compreensão ampla da situação econômica geral; b) a falta de coordenação entre órgãos públicos

que atuavam na região, mesmo dentro de um mesmo Ministério ou de serviços federais, estaduais e municipais; c) a falta de uma política financeira que regionalizasse ou federalizasse as normas financeiras relativas tanto ao ritmo e aos critérios de pagamentos do orçamento federal, como ao crédito, contanto que as finanças exercessem um papel compensatório nas crises estacionais ou ocasionais da economia regional.

Essas causas apontadas deixavam transparecer a idéia de formação de uma equipe de intelectuais capacitados para planejar o desenvolvimento da região e da criação de um órgão de coordenação geral para atuar junto às entidades públicas e privadas existentes na região. Cabia a essa equipe, também, elaborar uma política financeira que comportasse estratégias indicadas pelo Governo Federal para serem adotadas pelos estados.

Para os especialistas, era indiscutível a necessidade de um planejamento integrado, como também de um órgão coordenador das ações propostas. Nesse sentido, foi criado um Conselho Consultivo formado por representantes dos Ministérios da Agricultura, Educação e Cultura, Fazenda, Saúde e de órgãos públicos como o Banco do Brasil S.A., Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), dentre outros, com a competência de coordenar, supervisionar e fiscalizar os projetos estabelecidos por decretos, resultantes dos Encontros dos Bispos do Nordeste.

Essa política de planejamento também era perceptível no âmbito nacional. Como expressão mais visível da necessidade do planejamento integrado, podemos citar o Plano de Metas. Esse plano teve como ênfase a industrialização e foi o primeiro a ser elaborado com atividades integradas de cunho político e técnico. O Plano de Metas abrangia um planejamento com trinta e uma metas em cinco

grandes grupos, a saber: energia, transporte, alimentação, indústria de bases e educação. Kubitschek, em seu governo, também foi responsável pela construção da cidade de Brasília, destinada a ser a capital do Brasil. Essas metas iriam constituir as bases das ações da expansão do capitalismo no Brasil, firmado pelo Estado.

O Plano de Metas, programado para 5 anos, tinha como primordial acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos e aplicando novos investimentos em atividades produtoras, bem como elevar o nível de vida da população, através de novas oportunidades de emprego.

Para a execução desses objetivos, Kubitschek não hesitou em reportar aos Bispos do Nordeste o seguinte discurso:

Aos pastores espirituais desta Região dirijo um apelo no sentido de que influenciem os homens de dinheiro e de visão para que aqui mesmo desenvolvam suas atividades ou implantem novas empresas, utilizando os lucros auferidos no fomento de empreendimentos que se tornem fontes de trabalho para as populações regionais.²⁰

O “apelo espiritual” de Kubitschek à Igreja, para que exercesse a função de “mediadora” entre Deus e os homens, entre governo e povo, entre pobres e ricos, demonstra a habilidade política do presidente, no sentido de recorrer a uma instituição tão forte quanto o Estado, perante a Sociedade Civil.

E a Igreja prontamente atendeu ao “apelo” do Presidente. Usando de sua força moral, passou a discutir, junto aos nordestinos de “dinheiro e visão”, a necessidade de investirem na própria região, evitando assim, o êxodo para outras regiões, contribuindo para o desenvolvimento do Nordeste. A Igreja Católica era uma

²⁰ I ENCONTRO dos Bispos do Nordeste, 1956, Campina Grande. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/gti>>. Acesso em: 17 out. 2005.

das vozes que participava das discussões a nível nacional sobre os problemas sociais brasileiros, em particular do Nordeste. E como a ligação entre Igreja e Estado, tanto na esfera federal, como na estadual, era bastante amistosa, não era de se estranhar, na época (década de 1950), que os bispos do Nordeste representassem o governo do Estado junto à Presidência da República para discutirem as questões socioeconômicas do seu Estado. No Rio Grande do Norte, D. Eugênio Sales, à época Bispo-auxiliar de Natal, representou por muitas vezes, o então Governador Dinarte de Medeiros Mariz, solicitando junto ao Governo Federal medidas de emergência para o Estado.

Outro fruto dessa ligação entre a Igreja e Estado deu-se em 1958. Os efeitos da seca – safras destruídas, gado magro, êxodo rural – levaram os bispos nordestinos a realizarem, em maio de 1959, seu II Encontro, desta vez em Natal. Nessa ocasião, as discussões sobre os problemas da região foram centradas nas conseqüências da seca, ao contrário das medidas adotadas no I Encontro que tiveram caráter mais amplo. Como resultado desse Encontro, foram aprovados 30 projetos, sendo a maioria composta de medidas de combate às conseqüências da seca, como construção de açudes e barragens, irrigações, aproveitamento de vales úmidos e outras medidas emergenciais.

Como era de se esperar, esses, como tantos outros projetos, não resolveram a problemática da seca. A tragédia social que esse fenômeno natural acarretava era conseqüência da estrutura social, da concentração da propriedade da terra e da forma de dominação política existente. Tanto assim, que as medidas de combate à seca, marcaram uma atuação dos órgãos governamentais, servindo aos interesses de tradicionais políticos da região. Segundo Cohn:

[...] a própria seca transformou-se num instrumento político [...] Pois se a corrupção e manipulação de verbas desses órgãos serviam para influenciar eleitores, as próprias conseqüências da seca em termos de grande número de flagelados, desemprego, mais uma vez evidenciando a ineficácia da orientação tomada por eles, foram utilizadas como propaganda política pelos grupos opositores.²¹

Como exemplo desse instrumento político, podemos citar a interferência de políticos locais nas frentes de trabalho, alistando parentes (esposas, filhos, irmãos e outros) e amigos como mão-de-obra nas construções de estradas e açudes, a maioria em propriedades particulares. Esses trabalhadores fantasmas figuravam apenas na folha de pagamento, recebendo salário em lugar do próprio trabalhador. As verbas governamentais destinadas ao combate à seca eram manipuladas, principalmente nos períodos eleitorais.

Os Projetos Sociais e Educativos, destinados a atender às necessidades básicas da população rural, aprovados durante o II Encontro dos Bispos do Nordeste, estavam em consonância com os princípios de organizações internacionais e da política nacional, cujos interesses estavam voltados para a expansão do capitalismo e da modernização da agricultura. Dessa maneira, não apresentavam alternativas viáveis para uma efetiva elevação do nível de vida do povo como propunham seus objetivos. Um exemplo típico disso é o projeto de Educação de Base, levado a efeito pelas Missões Rurais, Centros de Treinamento de Líderes, Escolas Radiofônicas e outros meios que se limitavam a favorecer o estímulo ao Artesanato, Cooperativismo, Sindicalismo, isso no sentido de conter as tensões sociais.

²¹ COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE**. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1978. (Debates, 117). p. 92.

A ação da Igreja Católica, frente às denominadas questões do Nordeste na década de 1950, teve repercussões não apenas a nível nacional, mas também internacional. A prova disso foram as visitas constantes de missões religiosas ou de leigos de outros países, também considerados "subdesenvolvidos" e até mesmo de países "avançados", como França, Bélgica e outros.

A ação pastoral dos Bispos do Nordeste perante a opinião pública conferia à Igreja Católica uma imagem de Igreja renovada. Essa imagem renovada de Igreja apresentou-se para alguns como progressista; como uma Igreja que estava ao lado dos mais necessitados, dos pobres. No entanto, havia quem dissesse na época (década de 1950) que "lugar de padre é na sacristia", mas alguns padres não pensavam assim.

O papel dos eclesiásticos como intelectuais frente aos problemas sociais do Nordeste foi considerado pela própria Igreja como uma ação pastoral de total independência, de cunho progressista, que largou a sacristia para atuar no campo social. No entanto, verificou-se, através das ações pastorais, a colaboração mútua existente entre Igreja e Estado, conforme já foi abordado. Além de tudo, não sabemos se podemos considerar uma ação independente, quando o próprio Presidente Kubitschek afirmou em discurso que:

Não quero, entretanto, deixar de ressaltar o papel dos santos homens da Igreja Católica na luta insistente e incansável pelo soerguimento do Nordeste [...] Foram Vossas Excelências, Senhores Bispos, os animadores e promotores do trabalho que estamos começando a realizar. Essa tarefa imensa, ambiciosa, mas inadiável e necessária, não a levaria adiante o esforço exclusivo do Governo, ou de qualquer instituição privada. Para esta empresa, havia necessidade também de fé e de esperança. Sem fé e sem esperança, não teríamos dado o passo inicial; não teríamos suficiente ânimo

para pôr mãos à obra; e, se fé e esperança nos faltarem no caminho, nada será feito.²²

Por esta afirmação do Presidente, de que foram os bispos "os animadores e promotores do trabalho" que o governo começava a realizar no Nordeste, não podemos admitir que o trabalho da Igreja no Nordeste foi de uma ação independente.

O relacionamento entre Igreja e Estado, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi bastante significativo para ambas as instituições. Enquanto o Estado usava o apelo espiritual, através da Igreja, como estratégia para incentivar a expansão do capital no campo, a Igreja por sua vez, procurava defender a unidade e a hegemonia da religião católica, principalmente na zona rural. Sua ação nessa área, tendia a impedir a divulgação e expansão de valores espirituais extra-católicos como os do protestantismo, da umbanda e da ideologia comunista. As idéias comunistas se manifestavam na organização dos trabalhadores em Sindicatos e Ligas Camponesas no meio rural.

Imbuídos da ideologia desenvolvimentista ou confiantes na relevância do trabalho comunitário, os Bispos do Nordeste não hesitaram em acrescentar à sua estratégia reformista a tarefa de colaborar com o desenvolvimento da região, compatível com a proposta política, econômica e social do governo Kubitschek, cujo objetivo era acumular capital.

Entretanto, a ação da Igreja nem sempre ocorreu de conformidade com as intenções da hierarquia eclesiástica. Os posicionamentos assumidos por leigos, alguns padres e uma pequena minoria de bispos engajados nos trabalhos da JUC,

²² II ENCONTRO dos Bispos do Nordeste, 1959, Natal. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/gti>>. Acesso em: 17 out. 2005.

MEB, Sindicatos e outros movimentos de ação católica, forçavam a Igreja, enquanto instituição, a tomar uma posição mais contundente frente à realidade social brasileira, principalmente no que diz respeito à problemática da classe trabalhadora do campo.

A posição da Igreja em relação às questões estruturais, agrárias e da sociedade como um todo foi marcada pela ambigüidade. As advertências da cúpula católica no Brasil ou de Roma, exigindo por parte de alguns bispos, padres e leigos, silêncio ou moderação sobre as questões estruturais (agrária, política e social), em alguns momentos evidenciavam esse caráter ambíguo.

Enquanto alguns eclesiásticos assumiram posições moderadas ou conservadoras, outros chegaram a tornar público seu posicionamento sobre as questões sociais, resistindo às advertências do Vaticano. Era notória a divergência de posições no seio da Igreja Católica. Entretanto a existência dessas correntes não chegou a afetar o compromisso ou a preocupação dos eclesiásticos em manter a unidade da Igreja Católica como Igreja Universal. A defesa dessa unidade independia de qualquer posição conservadora ou progressista assumida pelos padres, bispos ou leigos. Nesse sentido, algumas práticas educativas (se não todas, algumas) promovidas pela Igreja Católica no Nordeste, entre os anos de 1950 e 1964, contribuíram para a expansão de suas bases e, conseqüentemente, para a divulgação da fé cristã como religião universal.

3

4- A IGREJA CATÓLICA E O REFORMISMO SOCIAL NO RN



Nos capítulos anteriores ficou evidenciado que a Igreja Católica, como instituição, desempenhou um trabalho ideológico, político e intelectual junto à sociedade. Suas posições, frente aos problemas de ordem econômica, política e social, variaram de acordo com o contexto histórico correspondente a cada período de desenvolvimento das diferentes formações sociais. Evidentemente isso não impediu a Igreja de manter sua unidade perante os homens.

Através da Ação Católica, a Igreja começou a extrapolar seus limites de ação evangelizadora. Era necessário "salvar o país" contra a ameaça comunista, ajudando na promoção de uma reforma social.

Com o crescimento da classe operária, a Igreja atuava junto aos trabalhadores, através de Círculos Operários ligados à Ação Trabalhista Brasileira. A organização operária tinha como objetivo servir e arrancar o pequeno operário da exploração do capitalismo como também do comunismo.

Durante o Estado Novo (1937 – 1945), a Igreja não via espaços para organizar sindicatos. Esse direito era reservado ao Estado. Tal imposição inquietava a Igreja, ao saber que a formação da classe operária estava inspirada em correntes ideológicas, tais como o anarquismo, o liberalismo e o comunismo. Isso explica sua luta pela participação na formação de sindicatos, luta essa conquistada na década de 1950, no período do desenvolvimentismo de Kubitschek. Nesse momento, a Igreja Católica, ao organizar os sindicatos rurais, passou a combater as Ligas Camponesas.

A iniciativa do trabalho da Ação católica, na Diocese de Natal, deveu-se ao Cônego Luiz Gonzaga Monte. Após sua morte em 1944, o então Pe. Eugênio de

Araújo Sales, iniciou um trabalho junto aos rapazes, que deu origem à Juventude Masculina Católica (JMC), em 1945.

Em 1945, surgiu a Escola de Serviço Social, como necessidade de preparar o pessoal para atuar no campo social. Seu funcionamento deveu-se a um acordo firmado entre a Juventude Feminina Católica (JFC) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), após entendimentos mantidos entre Pe. Nivaldo Monte, então presidente da JFC e do superintendente da LBA do Estado do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves. Coube à JFC a responsabilidade pela administração e manutenção da Escola, enquanto a LBA se comprometeu em ajudar financeiramente durante um período de cinco anos.

Nesse contexto nacional e diante da conjuntura política do Estado do Rio Grande do Norte, a Igreja de Natal iniciou sua ação no campo social com o apoio efetivo da Ação Católica. Passaremos então a analisar o Movimento de Natal, não como uma variável independente e isolada, mas compreendê-lo como sendo parte integrante do processo de mudança social no Brasil.

4.1 – O Movimento de Natal e sua ação de reformismo social

No início da década de 1940, Natal era uma cidade que começava a sofrer os efeitos da Segunda Guerra Mundial e da presença norte-americana. A instalação de bases militares, a chegada de técnicos e tropas americanas propiciou um desequilíbrio da organização social da área, ocasionando elevação do custo de vida, proliferação da prostituição, crise habitacional, etc. A grande procura de mão-de-obra para a construção e instalação do campo de Parnamirim e da Base Naval terminou por ocasionar uma imigração rural em larga escala. Após a guerra, com a

*(nota de referência
bibliográfica)*

partida das tropas, os resultados logo se fizeram sentir: explosão demográfica e desorganização social, desemprego, prostituição, delinqüência e formação de favelas.

Neste cenário, a Igreja Católica procurou agir, respondendo às necessidades imediatas da situação, principalmente através de associações religiosas, ao lado de outras entidades governamentais e privadas, com fins assistenciais, como a LBA e o Serviço Estadual de Reeducação e Assistência Social (SERAS), criado em 1943. A LBA promoveu o primeiro curso de Visitadoras Sociais em Natal, em 1942. Em 1944, realizou-se a I Semana de Estudos Sociais do Rio Grande do Norte, da qual participaram representantes tanto das entidades governamentais como de associações religiosas, dentre estes, Pe. Eugênio Sales e Pe. Nivaldo Monte.

Foi Pe. Nivaldo Monte, então Assistente Eclesiástico da Juventude Feminina Católica, quem se propôs a levar adiante a idéia de organizar uma escola que formasse técnicos em serviço social. Com o apoio de um grupo interessado, principalmente da LBA, cujo superintendente à época era Aluizio Alves, a Juventude Feminina Católica instalou, em 1945, a Escola de Serviço Social. Segundo Ferrari:

A Escola, seja através de elementos por ela formados, possibilitou: a) o desenvolvimento de uma atitude favorável à pesquisa e uma abordagem mais científica dos problemas; b) uma maior racionalização do trabalho social, quer do Movimento de Natal, quer de outras instituições; c) uma progressiva passagem da mera assistência para a educação e auto-promoção, aplicando os princípios do Serviço Social de Grupo e de Comunidade.²³

No mesmo ano, foi fundada a Juventude Masculina Católica (JMC), tendo o Pe.

²³ FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 59.

Eugênio de Araújo Sales como Assistente Eclesiástico. Sob a liderança do Pe. Eugênio Sales e em estreita colaboração com a Escola de Serviço Social, a JMC começou a executar pequenos planos de assistência social e catequese na periferia urbana.

Com o desenvolvimento dos trabalhos assistenciais no meio urbano e um contato mais íntimo e profundo com a situação, através do serviço social de casos, houve uma consciência mais nítida de que as causas dos problemas de desorganização social encontrados na cidade poderiam ser buscadas na própria estrutura agrária do Nordeste. Este novo enfoque da problemática foi levantado e discutido em reuniões do clero.

A origem e desenvolvimento do Movimento de Natal teve como suporte básico a reunião mensal do clero, isso a partir de 1948. De maneira informal, seis antigos colegas de seminário, dois deles vigários no interior do estado, discutiam idéias sobre o trabalho que realizavam, as dificuldades que encontravam e o que poderia ser feito. Eram eles: Eugênio Sales, Nivaldo Monte, Manoel Tavares, Expedito Sobral de Medeiros, Alair Vilar e Pedro Rebouças de Moura.

As reuniões começaram a atrair os demais padres jovens da Diocese de Natal,²⁴ os recém-ordenados, principalmente, por ser Pe. Eugênio Sales, nessa época, Diretor Espiritual do Seminário de Natal. Nesses encontros se discutiam as possibilidades de uma ação efetiva por parte da Igreja Católica, no sentido de combater a miséria.

²⁴ A Diocese de Natal foi criada em 1901 e pertencia, até 1914, à Província Eclesiástica da Bahia, quando passou a pertencer à Arquidiocese de João Pessoa. Até 1934, quando foi criada a Diocese de Mossoró, a área de abrangência da Diocese de Natal atingia todo o Estado do Rio Grande do Norte. Em 1940, com a criação da Diocese de Caicó, houve uma nova divisão de área. Com a formação da nova Província Eclesiástica em nosso Estado, em 1952, a Diocese de Natal foi elevada a Arquidiocese. Enquanto Diocese, Natal teve quatro bispos, a saber: D. Joaquim Antônio de Almeida (1911 – 1915); D. Antônio dos Santos Cabral (1918 – 1921); D. José Pereira Alves (1923 – 1928) e em 1929 assumiu o bispado D. Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas. Mesmo após a elevação da Diocese para Arquidiocese, D. Marcolino Dantas permaneceu no cargo por mais dez anos (1962). Tinha como bispo auxiliar D. Eugênio de Araújo Sales, que o substituiu após sua morte.

A partir de 1948, as atividades sociais e religiosas desenvolvidas pela Diocese de Natal e que ficaram conhecidas como Movimento de Natal foram descritas pelo Pe. Tiago Cloin como uma

ação conjugada de evangelização e de ação social de grande envergadura em extensão e em profundidade. É movimento cristão integral, abrangendo no setor de evangelização os movimentos catequéticos e de ensino religioso, bíblico e litúrgico, de renovação do ministério sacerdotal, de vocações sacerdotais e religiosas; no setor de ação social, os movimentos de educação de base através de escolas radiofônicas, de ensino médio, sindicalização, artesanato, cooperativismo, treinamento de líderes, maternidades, centros sociais, clubes agrícolas, migração interna, imprensa e rádio.²⁵

A forma inicial do Movimento de Natal visava a mobilização da população rural, cujas estratégias adotadas iam desde missas dominicais, festividades paroquiais (dias santos e festas de padroeiro) à formação de líderes rurais. Este movimento não só conseguiu alargar as bases da Igreja no Rio Grande do Norte, como também se tornou conhecido mundialmente. Enfim, tratou-se de uma experiência pioneira no seio da Igreja Católica. Na visão de Collard,

o "Movimento de Natal", na verdade, não esperou a "Mater et Magistra" para uma ação. Todavia aquele se aproxima tanto do espírito da encíclica, como se a tivesse adivinhado. Sem dúvidas, as inspirações de Deus se encontram...²⁶

²⁵ Apud LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil república: cem anos de compromisso (1889 – 1989)*. São Paulo: Paulinas, 1991. (Estudos e Debates Latino-americanos, 21). p. 154-155.

²⁶ COLLARD, Alberto Eugênio. *NEBRA: o Nordeste na encruzilhada dos caminhos*. Bélgica: Dimanche, 1964. p. 8.



4.1.1 – O Serviço de Assistência Rural (SAR)

Visando expandir sua ação no meio rural e conseqüentemente garantir suas bases, a Igreja fundou, em 1949, o Serviço de Assistência Rural (SAR), órgão coordenador de sua ação educativa no campo.

Desde sua fundação, o SAR passou por diversas fases de trabalho. Sua ação educativa tornou-se um leque. A primeira ação do SAR, junto aos trabalhadores rurais e pequenos proprietários, foi desenvolvida através de uma "Volante da Saúde",²⁷ que percorria algumas áreas da Diocese de Natal, munida de medicamentos de urgência para o atendimento médico-dentário à população.

No início da década de 1950, o SAR desenvolveu um trabalho de Educação de Base, através de Semanas Rurais, Cursos de Treinamento, Missões Rurais e Centros Sociais Rurais, cujas estratégias de ação estavam ligadas ao Desenvolvimento de Comunidade, moldado por organizações estrangeiras. O Desenvolvimento de Comunidade surgiu no pós-guerra no momento do embate ideológico (Guerra Fria) entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos.

A primeira Semana Rural foi realizada em Jundiáí, no município de Macaíba/RN, em 1951, quando sacerdotes, fazendeiros, trabalhadores rurais, professores e representantes de órgãos públicos dos três níveis, federal, estadual e municipal, discutiram problemas ligados ao campo.

Como resultado dessa I Semana Rural, surgiu a Missão Ambulante, com objetivos de promover o "bem-estar das comunidades rurais e a educação do

²⁷ FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 71.

homem do campo”.²⁸ Com uma equipe interdisciplinar, constituída por cinco profissionais, sacerdote, médico, dentista, assistente social e agrônomo, a Missão Rural Ambulante realizava atividades como assistência religiosa, médica, educacional, agropecuária e lazer. Tais atividades eram inicialmente realizadas em apenas um dia em cada localidade. Posteriormente, a permanência da Missão passou a ser de três dias.

Entre as catorze Semanas Rurais realizadas pelo SAR entre 1951 e 1959, destaca-se ainda a de Pau dos Ferros, Caicó e Nova Cruz. Desenvolvidas em zonas diferentes, Oeste, Seridó e Agreste, as Semanas Rurais objetivaram criar uma mentalidade comunitária no interior, levando os agricultores, criadores e pequenos proprietários a estudarem os problemas do campo e a procurarem possíveis soluções.

Entretanto, as Semanas Rurais “não deram os resultados esperados em proporção ao dinheiro investido”,²⁹ resumindo-se na mobilização das denominadas “comunidades” rurais e na introdução de novas técnicas agrícolas. Naquele momento, a preocupação em “educar” o homem do campo estava ligada à expansão da industrialização, quando surgiam novas máquinas (tratores, bombas...) e implementos agrícolas. Por isso, era necessário educar tanto o trabalhador rural como o proprietário para que pudessem conviver com a modernização.

Em 1954, a Missão Rural Ambulante foi substituída pela Missão de Educação Rural para o Agreste, cuja ação se estendeu à orientação educacional, religiosa e agropecuária. Com sede no município de Nísia Floresta, esta Missão atendia a cinco localidades do município e colaborava com o Centro Social de São José de Mipibu.

²⁸ FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 75.

²⁹ *Ibidem*, p. 77.

No setor agropecuário, a Missão desenvolveu práticas de hortas domésticas e escolares, aviários e coelheiras. A motivação era feita através de demonstrações de sementeiras, viveiros, organização de pomares e campanhas de reflorestamento, de combate às pragas e às doenças de animais. No setor social, foram ministradas aulas de economia doméstica, organizaram-se clubes agrícolas de jovens, promoveram-se comemorações de festas cívicas, foram realizadas semanas da criança, dia das mães e outras.

Na área da saúde, inicialmente, foram incrementadas campanhas de construção de fossas, tratamento de água e de combate à verminose. Quanto aos efeitos alcançados, foram positivos, pois houve uma mudança de comportamento em relação à higiene e à saúde. Muita gente passou a ferver e filtrar a água para beber (em sua maioria retirada de rios, riachos e açudes), como também a preocupar-se com a higiene corporal.

A partir de 1957, o setor de saúde do SAR iniciou um trabalho junto às gestantes residentes no meio rural. Surgiram, então, no interior do estado, as Maternidades, sob responsabilidade do SAR e com o apoio dos vigários das localidades onde estas funcionavam. Este trabalho teve grande importância na área da saúde, pois além da assistência à parturiente, eram prestados outros serviços como curativos, aplicação de injeções e pronto-socorro.

Além dessas atividades, a Missão Rural de Nísia Floresta desenvolvia cursos de Arte Culinária, Corte e Costura, Trabalhos Manuais, Preparação ao Casamento, Formação Familiar e Cooperativismo. No final da década de 1950, sua área de atuação já abrangia 16 núcleos entre os municípios de Nísia Floresta, São José de Mipibú, Arês, Goianinha e Monte Alegre, contando com 24 grupos organizados, 6 grupos cooperativistas e uma cooperativa artesanal.

Em relação ao Cooperativismo, o SAR, além de orientar na organização de núcleos de artesanato, treinava e assessorava as lideranças responsáveis por esse setor. Segundo Ferrari: a "*educação cooperativa* (grifo do autor) constituiu, desde o início, a maior preocupação do Setor, não só no sentido de formar líderes imbuídos de espírito cooperativista, mas também, de capacitá-los a administrar cooperativas."³⁰

A capacitação de lideranças rurais tornou-se uma necessidade no decorrer dos trabalhos. Assim, em 1952, foi realizado o primeiro treinamento de líderes rurais. Durante 15 dias, em regime de internato, os participantes debateram temas relacionados à família, à escola, à paróquia e à comunidade, sob a orientação de assistentes sociais da Escola de Serviço Social de Natal.

A repercussão desse treinamento favoreceu a realização de um convênio entre a Companhia Nacional de Educação Rural (CNER) e o Serviço de Assistência Rural (SAR). Este convênio possibilitou a capacitação de novos líderes através de Cursos para Professores Rurais; favoreceu também a manutenção de uma equipe responsável pelos treinamentos, cursos e pelo acompanhamento aos líderes treinados. A CNER contribuiu ainda com a formação de Centros Sociais Rurais e Centros de Treinamentos de Líderes, expandindo essa ajuda a todo o Rio Grande do Norte.

A formação de lideranças rurais contribuiu para o surgimento de Clubes de Mães, Clubes de Jovens, Centros Sociais, Clubes Agrícolas, dentre outros. Os Centros Sociais convergiam todo o trabalho de assistência religiosa, educacional e sanitária para as localidades rurais. A capacitação de líderes rurais tornou-se uma

³⁰ FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 143.

constante na programação do SAR. Para Collard: "No Nordeste, aquilo que não será feito por um líder leigo, não poderá ser realizado de modo algum."³¹

Quanto aos Cursos de Formação de Líderes Rurais, com o objetivo de capacitar pessoas a desenvolverem no próprio meio onde vivem, programas de educação destinados a melhorar as condições de vida do meio rural, em geral, eram realizados nas sedes paroquiais da Arquidiocese. As disciplinas constantes em sua programação eram as seguintes: Higiene, Horticultura, Economia Doméstica, Religião, Puericultura e Organização de Clubes de Jovens e Mães. Os referidos cursos geralmente duravam quinze dias. Com esses conhecimentos, os líderes passavam a atuar em suas áreas.

Outra linha de ação, que também pode ser incluída como trabalho do SAR, foi a experiência de colonização. Os projetos de colonização tinham como principal objetivo evitar o êxodo rural. Dentre os projetos de colonização, o do Vale do Fonseca, na propriedade conhecida como Punaú, município de Pureza/RN, foi encampado pela Igreja Católica de Natal, através da Fundação Pio XII, em cooperação com o SAR, a Escola de Serviço Social e o Governo do Estado. Este último comprou a propriedade e entregou à Igreja para desenvolver a colonização de Punaú.

A colonização tornou-se a esperança para a solução dos problemas dos camponeses sem terra no Rio Grande do Norte. Nesse momento a Igreja Católica, através do SAR, e a Secretaria da Agricultura do Estado não mediram esforços na formação de colonos que recebiam orientações sobre relações humanas, cursos de formação de líderes, além de orientação religiosa, práticas de enfermagem, etc., com acompanhamento constante de estagiárias da Escola de Serviço Social. Para

³¹ COLLARD, Alberto Eugênio. **NEBRA: o Nordeste na encruzilhada dos caminhos**. Bélgica: Dimanche, 1964. p. 79.

tanto, era necessário um trabalho de assistência permanente aos colonos. Assim, a assistência técnica desde o início contribuiu para a utilização, na agricultura, de recursos até então desconhecidos, como drenagem, adubação e máquinas diversas.

Como vimos, a Igreja Católica, como instituição de grande força dentro da Sociedade Civil, lançou mão de todos os recursos disponíveis para desenvolver um trabalho de promoção de suas bases, tomando, como diz Collard, "o caminho de uma dupla realidade: 'despertar' e agir na 'unidade' que o Senhor Jesus nos deu."³²

Atuando em uma área subdesenvolvida, as atividades do Serviço de Assistência Rural (SAR), promovidas pela Diocese de Natal, visaram, além dos fins religiosos, incrementar a vida comunitária, a saúde, a educação. O desenvolvimento das instituições econômicas e sociais, como as cooperativas e sindicatos, de modo condizente com o progresso econômico da região e as modalidades mais modernas de relacionamento no trabalho constituíram também outras esferas de atuação prática.

4.1.2 – As Escolas Radiofônicas e o Movimento de Educação de Base (MEB)

No Brasil, a idéia de utilizar o rádio na alfabetização de adultos data da década de 1940 e era defendida por adeptos e simpatizantes do ensino radiofônico, porém, de maneira desvinculada. Os trabalhos eram elaborados isoladamente, impedindo assim a sistematização e a soma dos esforços necessários à divulgação e concretização efetiva das experiências.

Dentre as primeiras experiências de radiodifusão concretizadas no país, destaca-se a da Universidade do Ar, em São Paulo, criada em 1947 pelo Serviço

³² COLLARD, Alberto Eugênio. **NEBRA**: o Nordeste na encruzilhada dos caminhos. Bélgica: Dimanche, 1964. p. 76.

Social do Comércio (SESC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Curso de Alfabetização pelo Rádio, transmitido pela Emissora ZYM-7 de Marquês de Valença, no Rio de Janeiro.

Em 1953, chegou ao Rio de Janeiro o Mons. Salcedo para falar sobre a experiência das Escolas Radiofônicas de Sutatenza, na Colômbia, iniciada em 1947. Discorrendo sobre o tema "O rádio como meio de educação nas zonas rurais", o conferencista não despertou maiores entusiasmos entre os participantes do Seminário Latino-americano de Bem-estar Rural.

Contudo, a prática das Escolas Radiofônicas do Mons. Salcedo foi se tornando conhecida por toda a América Latina e também em Roma. Enquanto ação desenvolvida pela Igreja Católica, passou a ser divulgada nas reuniões do episcopado. Assim, despertou o interesse da Igreja Católica no Brasil e de órgãos governamentais para o desenvolvimento de iniciativas semelhantes. Nessa perspectiva, D. Eugênio Sales, um dos principais responsáveis pela ação pastoral da Igreja de Natal, foi indicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para visitar, em 1957, as experiências educacionais da Colômbia dirigidas aos camponeses.

D. Eugênio de Araújo Sales, depois de visitar, conhecer e estudar o trabalho das Escolas Radiofônicas existentes na Colômbia, iniciou, em 1958, a primeira experiência brasileira de ensino via rádio. Enriquecendo a função de alfabetização a que estava restrito o modelo colombiano, introduzindo aspectos sociais, comunitários, religiosos e de conscientização política no programa radiofônico. O sucesso da experiência levou a sua adoção pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que em convênio assinado em 1961, atribuiu aos bispos das regiões

Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país, a missão de organizar e supervisionar o MEB.

No conjunto das ações, que caracterizaram o Movimento de Natal, considera-se as Escolas Radiofônicas como a experiência de maior repercussão local e nacional. As mesmas surgiram no Rio Grande do Norte sob a responsabilidade da Igreja Católica, com o apoio do Estado e tinham como objetivo proporcionar o desenvolvimento da comunidade rural, promovendo a conscientização do homem do campo, em termos políticos, dando-lhe noções de seus direitos e de como fazer para reivindicá-los, bem como a alfabetização de adultos e adolescentes através da transmissão diária de aulas.

A experiência das Escolas Radiofônicas da Arquidiocese de Natal empregou o rádio para promover a organização de "comunidade", a formação de líderes, a alfabetização de adultos e a promoção do uso de melhores técnicas agrícolas no meio rural. Collard afirma que:

A Emissora de Educação Rural de Natal não se limita exclusivamente ao ensino escolar propriamente dito. [...] Mesmo sem contar com os programas musicais e recreativos como também os anúncios publicitários, as emissões são também feitas em torno de assuntos como: higiene, economia, doméstica, cultura popular, formação sindical, cooperativista e política, técnicas de agricultura e criação, aprendizado artesanal, etc. Em suma: toda uma sinfonia de promoção humana onde cada setor do S.A.R. forma uma nota.³³

Assim, as Escolas Radiofônicas passaram a ser vistas, pelos seus promotores, como instrumento indispensável ao projeto de desenvolvimento econômico regional.

³³ COLLARD, Alberto Eugênio. *NEBRA: o Nordeste na encruzilhada dos caminhos*. Bélgica: Dimanche, 1964. p. 67.

Com a inauguração da Emissora de Educação Rural de Natal, em agosto de 1958, foram criadas as primeiras Escolas, através do rádio, em áreas rurais pertencentes à Arquidiocese de Natal. A primeira aula radiofônica, segundo Collard, foi levada ao ar no dia “20 de setembro de 1958. Nesse dia, ela foi sintonizada por 69 escolas”,³⁴ situadas em localidades pertencentes às paróquias de São Paulo do Potengi, Macaíba, São José de Mipibu, São Gonçalo, Ceará-Mirim e Touros. Assim, foi iniciada a primeira experiência de alfabetização pelo rádio dirigido aos trabalhadores do campo na região Nordeste. Posteriormente, outras paróquias foram incorporadas a essa experiência.

Em sua maioria, as Escolas Radiofônicas funcionavam na casa do monitor. Ao redor de uma mesa, monitor e aluno ouviam atentamente a aula transmitida pela professora locutora. Após a transmissão da aula, eram realizadas tarefas de acordo com as orientações dadas. Nesse momento, o monitor assumia a posição de intermediário entre a professora locutora e o aluno.

Não só a casa do monitor, como também armazéns e barracões eram transformados em escola, demonstrando assim a improvisação marcante como forma de suprir a deficiência da rede escolar na zona rural. A falta de serviços de água e esgoto na zona rural, comprometia também as condições de higiene da escola. Era comum, nos anos 50, pote de barro grande ou médio servir de bebedouro para os alunos, cuja água era trazida da fonte que abastecia a localidade, como rio, açude, riacho ou cacimba.

O equipamento escolar constava de algumas carteiras, um quadro-negro, um apagador, giz e uma pequena mesa para o professor, que, na falta desta, utilizava uma carteira para servir de apoio durante as aulas e um pedaço de pano para

³⁴ COLLARD, Alberto Eugênio. **NEBRA**: o Nordeste na encruzilhada dos caminhos. Bélgica: Dimanche, 1964. p. 67.

substituir o apagador. O controle do material era feito através de um Comitê Radiofônico Paroquial, que funcionava nas sedes das paróquias, tendo sempre como coordenador o vigário. O Comitê era uma espécie de mini-secretaria, na qual o monitor prestava informações sobre a aprendizagem do aluno e tudo o que se relacionava com a escola. Quando o rádio, por exemplo, apresentava defeito, o monitor o deixava no Comitê para as devidas providências.

Com apenas seis meses de funcionamento, foi comprovada a validade do ensino radiofônico pelos seus promotores, que trabalharam pela sua expansão. Com o crescimento deste método de ensino, as Escolas Radiofônicas foram, aos poucos, suprimindo a escassez das escolas públicas na zona rural.

O ano de 1961 foi, sem dúvida alguma, o de maior expansão do ensino radiofônico na Arquidiocese de Natal. O Planejamento 1961- 1963 previa a criação de 410 novas Escolas, em três anos. Este número foi ultrapassado de muito já no primeiro ano, instalando-se, só em 1961, 779 novas Escolas, elevando-se assim o número das mesmas para 927. Parte deste crescimento foi anterior, e parte posterior à assinatura do Convênio entre a CNBB e a Presidência da República e à conseqüente instalação do MEB em Natal.³⁵

Em 1961, como resultado de entendimento mantido entre o então Presidente Jânio Quadros e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi assinado o decreto nº 50.370 criando o Movimento de Educação de Base (MEB).

Com o Movimento de Educação de Base, foram implantadas novas formas para o aproveitamento do rádio. Baseando-se em pesquisas realizadas por equipes de Sistemas Locais do MEB, foram formados os "grupos de audiência", para os quais a programação se constituía em cursos de higiene e saúde, técnicas agrícolas

³⁵ FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 153.

e legislação trabalhista aplicadas ao campo. O funcionamento destes programas ocorria após a preparação dos monitores, através de cursos, treinamentos, reuniões e outros meios utilizados pela equipe do MEB.

Para a apresentação do conteúdo da programação, eram utilizadas técnicas tais como dramas, diálogos, novelas, desafios de violeiros, narrações e outras, com o intuito de contribuir para a formação de atitude crítica, de valorização, de mudanças e de cooperação do trabalhador rural frente à realidade social.

Com o golpe de 1964, aos poucos o MEB foi perdendo suas características de educação popular. Assim, a Igreja de Natal acatou a idéia de encerrar os trabalhos do MEB sob a alegação de que existia um outro setor para desenvolver as atividades no campo, no caso o SAR, ao qual as primeiras Escolas Radiofônicas estavam vinculadas.

4.2 – As estratégias de ação do Movimento de Natal

O Movimento de Natal constituiu essencialmente uma atividade prática, a qual se desenvolveu de modo gradativo e cuja estratégia de ação foi aos poucos se formando. Realmente, enfrentando nos primeiros momentos um problema de desorganização social urbana, na cidade de Natal, o Movimento foi paulatinamente vislumbrando novos campos de ação.

Com o fim da guerra, a Cidade caiu verticalmente, em termos de emprego, de biscate e de circulação de dinheiro, enquanto permaneciam elevados o custo de vida e o fluxo migratório. Os problemas sociais, como os jornais da época o demonstram, apresentavam tal gravidade, que se pode muito bem falar em *situação de emergência*. Esta situação, aliada ao fato da retirada da Legião Brasileira de Assistência da assistência direta individual, constituiu, sem

dúvida, uma ocasião para a arrancada da Ação Católica para o campo social.³⁶

Assim, o Movimento foi ampliando seu alcance, experimentando métodos de trabalho e consolidando-se doutrinária e praticamente. A estratégia e os métodos preferenciais do Movimento de Natal elaboraram-se através de um processo histórico prático, aperfeiçoando-se de modo gradual e criando a consciência coerente e integrada de seu sentido e de seu alcance no contexto nordestino.

Embora desde o início inspirado na ética cristã, o Movimento encontrou, na ampliação de suas atividades, elementos que lhe permitiram tornar mais precisos os valores e selecionar as táticas mais adequadas, configurando enfim, sua estratégia. Dessa forma, foi no embate prático que se acumularam as experiências de ação social e que se explicitou, ao mesmo tempo, o sentido da ação social que desenvolvia, quer em termos de valores cristãos concretos que queria implementar, quer em relação a eficácia de seus meios face à realidade nordestina. Atento aos reclamos da realidade social e às oportunidades oferecidas para a ação, o Movimento selecionava, as áreas potencialmente preparadas para receberem sua influência. Assim, a estratégia adotada, que é em essência a sua própria história, baseou-se bem mais nas oportunidades que o agitado contexto político e social lhe ofereceram do que em um plano pré-estabelecido.

Percebe-se, nas realizações do Movimento de Natal, algumas linhas mestras de orientação estratégica, as quais constituíram uma constante em suas variadas atividades. Assim, dois caminhos estratégicos utilizados simultaneamente e que se confundiam na ação prática do Movimento podem ser distinguidos: a

³⁶ FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 221 – 222.

conscientização e a organização. Atuando em uma sociedade tradicional, mas em processo de mudança, a estratégia adotada consistiu em despertar a consciência de grupos, classes e categorias sociais que se achavam inferiorizadas na estrutura tradicional de dominação e , ao mesmo tempo, dar forma, sentido e organização às novas estruturas que surgiam. Segundo Lustosa:

[...] o “Movimento de Natal deu ao homem do campo o dom mais precioso para a sua vida simples do dia-a-dia, a confiança em si, a consciência de que ele *podia e devia* realizar o sentido de comunidade no trabalho participado, a descoberta de que, com meios e recursos limitados de que dispunha, tinha condições de superar o nível de inferioridade de vida em que vegetava.³⁷

Desta maneira, a estratégia fundamental teve por objetivo, incrementar, facilitar e dar forma ao processo de mudança da sociedade tradicional para modalidades mais modernas e cristãs de vida social. Assim, o Movimento de Natal orientou sua estratégia no sentido de conscientizar e organizar as áreas tradicionais sob sua influência, procurando encaminhar as mudanças sociais para um sistema de organização coerente com os valores cristãos e com os objetivos da coletividade eclesial.

De acordo com a ampla perspectiva em que delineou seu programa de ação, o Movimento teve a consciência da íntima correlação dos variados aspectos da condição humana que se dispôs a promover. Assim, não apenas a atividade pastoral e temporal estavam interligadas, mas os assuntos relativos à saúde, à educação, à formação de hábitos de higiene e ao aprendizado escolar eram geralmente ligados com os temas relativos à organização da família, ao papel da mulher e até às

³⁷ LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil república: cem anos de compromisso (1889 – 1989)**. São Paulo: Paulinas, 1991. (Estudos e Debates Latino-americanos, 21). p. 156.

relações de trabalho e à vida política. Conscientizar e organizar, na prática, puderam ser interpretados como um esforço de facilitar, dar forma e estímulo à mudança da sociedade tradicional para modalidades mais modernas de vida social. O Movimento pôde acarretar conscientização nos segmentos da população mais atrasada em relação à mudança.

4.3 – O Movimento de Natal junto ao cenário ideológico brasileiro

O período em que o Movimento de Natal atingiu o seu apogeu, 1958 – 1964, coincidiu com a fase do mais intenso debate ideológico no Brasil e com tentativas mais ousadas e abertas de se colocar em questão as estruturas socioeconômicas do país. Não apenas os partidos políticos de esquerda (inclusive o Partido Comunista, mesmo estando na ilegalidade), mas também grupos e movimentos ligados às Igrejas Cristãs participaram ativamente dos debates, visando uma reformulação da sociedade brasileira. Neste embate ideológico, que abrangia do radicalismo de esquerda ao de direita, muitas formas intermediárias se desenvolveram e de muitas maneiras se combinaram, conforme as oportunidades do contexto político e o jogo de interesses dos mais variados. Afirma Lustosa que:

O final do decênio (1950 –1960) carrega as nuvens de mobilização crescente do *povo* que se exterioriza sob diversas formas e que se caracteriza com a *politização* agressivamente crítica que domina os movimentos populares.

Nessa conjuntura, a ação social católica sofre processo de conscientização política, facilmente detectável e consegue, em nível de práxis, teto razoável de articulação e de realização. É mister citar alguns exemplos típicos, embora, em planos bem diversificados de *ideologia* e de *objetivos* apresentem, conforme as regiões, as lideranças e outros fatores, propostas e programas que vêm uns marcados com tintas fortes de *neo-capitalismo*,

outros com as soluções *reformistas*, outros enfim com os esquemas *revolucionários*.³⁸

O Movimento de Natal, certamente foi um aspecto deste processo de explicitação ideológica, ocasião em que o silêncio, ou a neutralidade, tornaram-se impossíveis, pois indicavam a conivência com o *status quo* e a renúncia a qualquer participação ativa frente à situação. Desenvolvido na região mais carente do país e mais sensível à mudança social, o Movimento de Natal influenciou a Igreja do Nordeste, pressionando-a a assumir uma posição ideológica favorável à modificação de estruturas consideradas ultrapassadas e a utilizar sua organização e seu prestígio no desenvolvimento de organizações sociais tendentes à mudança, como os sindicatos rurais. De modo mais concreto, pode-se apresentar como indício dessa influência do Movimento na Igreja do Nordeste, o estímulo para a criação do Movimento de Educação de Base (MEB) e para o desenvolvimento do Secretariado Regional da CNBB no Nordeste.

No âmbito interno da sociedade brasileira, o intenso processo de mudança social pôs em questão o equilíbrio da estrutura social. A Igreja Católica em Natal ofereceu uma opção capaz de facilitar aos próprios indivíduos a definição de sua situação no processo de mudança e esboçar projetos de vida inspirados pelos valores cristãos e coerentes com as novas perspectivas de organização socioeconômica. Dessa maneira, o Movimento de Natal teve como característica significativa uma ação prática e de conjunto que revelou, em meio à conjuntura política do país, a viabilidade de uma solução coerente com o pensamento social da Igreja, beneficiada por seu prestígio e organizada sob seu controle. A experiência do

³⁸ LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil república: cem anos de compromisso (1889 – 1989)**. São Paulo: Paulinas, 1991. (Estudos e Debates Latino-americanos, 21). p. 153.

Movimento de Natal serviu de exemplo e estímulo para a formação de uma consciência renovada das funções da Igreja Católica no Nordeste.

Assim, idealizado e executado por uma Diocese da Igreja Católica, posteriormente elevada a Arquidiocese, o Movimento de Natal desempenhou duas atividades: a religiosa e a social, ou seja, desde o início de sua ação, o Movimento buscou desenvolver a consciência da importante necessidade de atingir os dois objetivos, o pastoral e o temporal. Segundo Ferrari:

Os pioneiros do Movimento agiram, tanto no setor religioso como no temporal, impelidos por uma mesma motivação fundamental, isto é, motivados pelos *valores do grupo religioso*: pelo desejo de difundir os valores religiosos e de concretizar no temporal os valores sociais do grupo. Essa preponderância de valores sobre interesses aparece claramente da parte dos iniciadores do Movimento.³⁹

Importante para a compreensão da ideologia é que, a ação social e religiosa concomitante foi o centro de explicação, justificação e orientação prática do Movimento, de modo que, as duas atividades (religiosa e social) não foram desenvolvidas separadamente, formaram um todo coerente e dependentes. Assim, os valores que concorreram para esta procura simultânea de objetivos sociais e religiosos formaram a base da ideologia característica do Movimento e foram condições para o exercício de suas funções de mudança social e de reorientação de vida da população rural do Nordeste brasileiro.



³⁹ FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento**: o Movimento de Natal. Natal: Fundação José Augusto, 1968. p. 225.

5- CONCLUSÃO

A história nos tem mostrado que a Igreja Católica está ligada a um sistema de dominação política, econômica e social, e exerce o papel de mediadora entre Deus e os homens, estendendo essa missão às classes populares e às classes dominantes.

Para realizá-la, a Igreja Católica, como instituição universal, assumiu posicionamentos de acordo com o contexto histórico. Isto significa dizer que, para alcançar seus propósitos de difundir a fé cristã e sua unidade perante os homens, a Igreja procurou assumir posições que lhe permitissem adaptar-se às mudanças ocorridas na sociedade em que atuava.

Foi a partir daí que tentamos entender a atuação da Igreja no processo histórico brasileiro e sua ação de reformismo social junto à classe trabalhadora do campo, na região Nordeste, em particular no Rio Grande do Norte, no período de 1948 a 1964. Ação esta que ficou conhecida como o Movimento de Natal.

Durante o Estado Novo, a Igreja Católica renovou sua estratégia de ação. A experiência da Liga Eleitoral Católica (LEC), apoiada por leigos, facilitou a elaboração de um instrumento de ação que permitiu uma atuação permanente junto aos diversos setores da sociedade através do engajamento de leigos. Assim nasceu a Ação Católica que, agregando jovens profissionais liberais, universitários, operários, agricultores e estudantes secundaristas, atuou no âmbito nacional. Dessa maneira, a Igreja conseguiu ganhar espaço e manter, na prática, seus privilégios junto ao Presidente da República. Comprometendo-se com as causas sociais, a Igreja passou a lutar contra o analfabetismo, participar de campanhas de saúde e criar Escolas de Serviço Social.

Castro Alves
 19. 3. 6 (Estado Novo x Igreja)

No período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, firmou-se uma aliança da Igreja Católica com o Estado jamaís vista em períodos anteriores. A Igreja, através de seus bispos, se reuniam para discutir e sugerir possíveis soluções para as questões da região Nordeste, região que na teoria do "desenvolvimento e subdesenvolvimento" é considerada "pobre", "atrasada", em comparação com a região Centro-Sul. (p. 29)

A industrialização acelerada promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek induziu a subordinação da burguesia nacional à internacional. Por outro lado, o desenvolvimentismo a qualquer custo aprofundou as desigualdades regionais, conduzindo o Nordeste a uma situação deplorável, bem como intensificou o processo de urbanização, o que acarretou sérios problemas de abastecimento. Acrescenta-se a este quadro a ocorrência da seca de 1958, que levou ao colapso quase toda a agricultura de subsistência, a qual absorve ainda hoje a maior parte da força de trabalho agrícola do Nordeste. Isso serviu para mostrar ao país as deficiências desta região.

A realidade nordestina, provocada pela política econômica capitalista e adotada pelo Estado brasileiro, passou a ser questionada não somente pela Igreja Católica, mas também por outros setores da sociedade brasileira, como o Partido Comunista Brasileiro, a própria classe trabalhadora, através de suas organizações e alguns setores da classe média. As questões econômicas e sociais do Nordeste extrapolaram, ainda, as fronteiras do país. O Nordeste tornou-se conhecido mundialmente como uma das regiões mais "atrasadas" ou "subdesenvolvidas", em relação às regiões "modernizadas" e "desenvolvidas".

A partir da década de 1950, assistiu-se a uma mudança qualitativa da presença da Igreja em nosso país. Ela passou de legitimadora do Estado, de quem

recebia ajuda financeira para auxiliar na manutenção das suas obras assistenciais, as quais vinha praticando durante décadas e que não resolvia efetivamente os problemas do povo, para uma atitude de conscientização e organização das massas oprimidas, em que a promoção das camadas marginalizadas, principalmente a população do campo, passou a ser preocupação da Igreja Católica. A objetividade começou a marcar a análise da realidade nacional, com uma visão cristã que priorizava o ser humano.

Assim, a Igreja enfatizou a participação de leigos em trabalhos de grupos, principalmente de jovens, conforme o seu campo de atuação, como movimentos de Ação Católica: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). A prática da Ação Católica especializada (JAC, JEC, JOC e JUC), orientada pelo método "Ver, Julgar e Agir", proporcionou ao movimento católico uma discussão das questões sociopolíticas a partir da realidade concreta de cada grupo de jovens. Utilizando-se deste método, a Igreja Católica buscou o engajamento do leigo na realidade social na qual se inseria.

O Movimento de Natal, no Rio Grande do Norte, ao aceitar e participar do inevitável processo de mudança social, desvinculou-se da parcela de suas funções conservadoras e pôde apresentar à sociedade em mudança um novo sentido da vida, inspirados em valores cristãos e conforme um modelo moderno de relacionamento humano. Passou a constituir, portanto, uma alternativa no processo de organização da mudança social no Nordeste. Esta nova e inovadora função da Igreja acarretou modificações em sua imagem tradicional.

Dessa maneira, o Movimento de Natal foi uma das alternativas desenvolvidas na sociedade brasileira para se tomar consciência da realidade nordestina e

explicitar um modelo prático de ação social. A ação pastoral do clero durante o Movimento conferiu à Igreja Católica uma imagem de Igreja renovada. Essa imagem apresentou-se como progressista, uma Igreja que estava ao lado dos pobres, ao contrário de antes, em que bispos viviam praticamente isolados em suas dioceses. Assim sendo, o papel dos eclesiásticos, como intelectuais frente aos problemas sociais do Rio Grande do Norte, foi considerado pela própria Igreja, como uma ação pastoral de cunho progressista, na qual o clero largou a sacristia para atuar no campo social sem deixar de lado a mensagem catequética, evangelizadora.

Arquitetado e executado por uma arquidiocese da Igreja Católica, o Movimento de Natal desenvolveu duas atividades: a religiosa e a social. tais atividades foram aspectos fundamentais e inseparáveis de sua ação. Entretanto, característico do Movimento de Natal foi a inclusão necessária de problemas sociais, de preocupação com o temporal, entendidos não como algo externo ou alheio à Igreja, mas como algo inseparável da vivência religiosa, como aspecto essencial de suas finalidades e objetivos de ação.

Em virtude disto, os valores que concorreram para esta procura simultânea de objetivos sociais e religiosos, formaram a base ideológica característica do Movimento e foram condição essencial para o exercício de suas funções de reformismo social e de reorientação de vida, principalmente para os trabalhadores do campo.

Esta combinação íntima dos dois aspectos deu funcionalidade à ideologia do Movimento de Natal e a tornou apta a ser uma alternativa válida para a compreensão do Nordeste em fase de mudança e para o desenvolvimento de um projeto de ação prática. As contradições colocadas pela mudança social e as frustrações decorrentes das diferenças regionais no Brasil, foram realidades capazes

de serem percebidas pela ideologia do Movimento, que apresentou um roteiro de objetivos capazes de motivar, organizar e dar sentido à sua ação.

Assim, a ação de reformismo social proposto pelo Movimento de Natal foi importante pelo conteúdo dos objetivos que visava atingir, como a transformação das estruturas sociopolíticas e econômicas, que estigmatizavam as populações rurais, a educação de base e, certamente, a educação religiosa. Para isto, o Movimento se utilizou das Escolas Radiofônicas, que tinham por objetivo proporcionar a alfabetização de adultos e adolescentes através da transmissão diária de aulas, bem como o desenvolvimento da comunidade rural, promovendo a conscientização do homem do campo, em termos políticos, dando-lhe noções de seus direitos e de como fazer para reivindicá-los.

O Movimento de Natal constituiu essencialmente uma atividade prática, a qual se desenvolveu de modo gradativo e cuja estratégia de ação foi aos poucos se formando. Realmente, enfrentando nos primeiros momentos um problema de desorganização social urbana, na cidade de Natal, o Movimento foi paulatinamente vislumbrando novos campos de ação, ampliando seu alcance, experimentando métodos de trabalho e consolidando-se doutrinária e praticamente. A estratégia e os métodos preferenciais do Movimento de Natal elaboraram-se através de um processo histórico prático, aperfeiçoando-se de modo gradual e criando a consciência coerente e integrada de seu sentido e de seu alcance no contexto nordestino.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil república: cem anos de compromisso (1889 – 1989)**. São Paulo: Paulinas, 1991. (Estudos e Debates Latino-americanos, 21).

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003.

MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Estudos sobre o Nordeste, 4).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Estudos sobre o Nordeste, 1).

_____. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 16

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, Sílvio. (Org.). **A questão Nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. (Estudos sobre o Nordeste, 16).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SOUZA, Itamar de. **A luta da Igreja contra os coronéis**. Petrópolis: Vozes, 1982.

~~6~~ BIBLIOGRAFIA

A ORDEM?

BANDEIRA, Marina. Movimentos sociais inovadores promovidos pela Igreja Católica no Brasil (1950 – 1990). In: KÖNIG, Hans-Joachim; SCHNEIDER, José Odelso; SCHÜHLY, Günther (Orgs.). **Consciência social: a história de um processo através da Doutrina Social da Igreja**. São Leopoldo: Usinos, 1994.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930 – 1964)**. São Paulo: DIFEL, 1984. (História Geral da Civilização Brasileira, 11).

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1937.

I ENCONTRO dos Bispos do Nordeste, 1956, Campina Grande. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/gti>>. Acesso em: 17 out. 2005.

II ENCONTRO dos Bispos do Nordeste, 1959, Natal. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/gti>>. Acesso em: 17 out. 2005.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE**. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1978. (Debates, 117).

COLLARD, Alberto Eugênio. **NEBRA: o Nordeste na encruzilhada dos caminhos**. Bégica: Dimanche, 1964.

DREIFUSS, René Arnaud. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de estado**. Traduzido pelo laboratório de tradução da Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERRARI, Alceu. **Igreja e desenvolvimento: o Movimento de Natal**. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

LIMA, Maurilio Cesar de. **Breve história da Igreja no Brasil**. Rio de Janeiro: Loyola, 2001.